

DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: as duas faces de Jano da modernização, ou à guisa de introdução

Se excluirmos as sociedades ditas primitivas, pode afirmar-se sem margem para grandes dúvidas que, até aos finais do século XVII, as diferenças entre os níveis de desenvolvimento económico e técnico eram pouco significativas. O nível dos países que hoje são considerados como países desenvolvidos era muito próximo e, até mesmo em certos casos e em certos domínios, inferior ao da maioria dos países considerados hoje em dia subdesenvolvidos. Sem dúvida que entre a França de Luís XIV, a Inglaterra de Guilherme III, a Prússia de Frederico I e a Rússia de Pedro o Grande, por um lado, e a Índia de Awrangzéb, a China de Kiang-Hsi por outro -para não falar senão da Europa e das duas principais potências da Ásia- existiam profundas diferenças nas estruturas sociais e religiosas das sociedades que as compunham. Existiam igualmente diferenças climáticas importantes, mas neste caso trata-se de um elemento persistente. No entanto, consideradas no seu conjunto, torna-se extremamente difícil determinar qual daqueles dois grupos de sociedades atingiu, para a época, um nível de desenvolvimento económico mais avançado e qual dos dois tinha um nível de vida mais elevado. Neste campo, existiam certamente maiores diferenças entre os vários países do mesmo grupo do que entre um grupo e outro.

A ausência duma diferença significativa entre os níveis de desenvolvimento económico das diversas sociedades não primitivas era uma constante da história desde há alguns milénios. E claro que, durante estes milénios, a localização geográfica dos centros mais dinâmicos destes dois grupos de sociedades alterou-se constantemente, e o nível de desenvolvimento social e económico daqueles países evoluiu quer no sentido do progresso, quer no sentido oposto. Tal evolução foi, contudo, muito limitada. As diferenças de uma sociedade para outra, ou no seio da mesma sociedade, não ultrapassavam, naquela altura, os 30-40 % em relação à média. Esta situação exclui as sociedades primitivas que por volta de 1700 representavam, do ponto de vista demográfico, apenas um sexto da população mundial. Aliás, teremos oportunidade de retomar esta importante questão das diferenças de «desenvolvimento», pois, mesmo entre as sociedades ditas «primitivas» e as consideradas «civilizadas», as diferenças não eram muito importantes no que se refere ao nível de vida.

Posteriormente, e de certa forma «inesperadamente», surge um fenómeno novo e de fortes implicações. A partir de 1700, a estrutura econó-

mica inglesa no seu conjunto conheceu transformações muito rápidas - iniciava-se aquilo a que os historiadores chamaram, justamente, a revolução industrial. Durante mais de meio século, tal fenómeno permaneceu relativamente isolado no espaço e pouco significativo do ponto de vista do crescimento do nível de vida; gradualmente esta revolução estende-se depois a quase todos os países do continente europeu e atravessa mesmo o Atlântico com os emigrantes ingleses que constituem a semente do que virá a ser, a partir dos finais do século XIX, a maior potência económica do mundo. Em menos de dois séculos, o nível de vida dos países aonde chegou a revolução industrial multiplica-se por mais de quinze, o volume das trocas internacionais por mais de cem e o da produção mundial de bens industriais por mais de duas mil vezes. Esta expansão económica e técnica, cada vez mais rápida, favoreceu os progressos científicos que, por sua vez, incrementaram o desenvolvimento económico, tornando-se no último terço do século XX um dos motores essenciais do crescimento. E com este panorama nos colocamos no cerne do desenvolvimento; do desenvolvimento económico.

Contudo, neste período, os três quartos da humanidade, que estiveram à margem da revolução industrial, sofriam os efeitos indirectos desta revolução, em particular através da colonização que pouco a pouco se estendia à quase totalidade do Terceiro Mundo. Esta colonização constituirá em breve um factor importante do reverso da medalha do desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvimento, que traduz não só uma ausência de desenvolvimento, mas também uma evolução económica e estrutural negativa. O subdesenvolvimento tem igualmente um carácter relativo, pois não foi pelo atraso ou pelo *statu quo* do nível de vida da população que se lhe começou a chamar Terceiro Mundo, mas sim pelo desnível cada vez maior com o mundo desenvolvido, que registava um crescimento acelerado.

As diferenças de nível de vida entre os dois grupos de países tornavam-se tão acentuadas que roçavam o escândalo. De facto, por volta de 1950, o rendimento médio per capita do Terceiro Mundo era, em termos reais, cinco vezes menor que o dos países desenvolvidos, e aquela diferença, entre a Ásia e os Estados Unidos, era da ordem de 1 : 15. A situação económica e social dos países que se chamaram então subdesenvolvidos, antes de os definir -que eufemismo! - em vias de desenvolvimento, tornou-se justamente o centro de maiores preocupações, o problema por excelência. Situação económica que, aliás, se tinha vindo a agravar pelos esforços bem intencionados (tentados pela maior parte das administrações coloniais ou organismos privados) de introduzir a máxima assistência médica, no sentido de reduzir a «terrível mortalidade» que causava graves estragos nestas sociedades e que o Ocidente tinha esquecido ser a consequência duma forte natalidade. Estes são os fundamentos da forte expansão demográfica que rapidamente se tornou uma das maiores condicionantes do problema do desenvolvimento.

A industrialização forçada e muito rápida da URSS e a estreita correlação entre o nível de industrialização e o rendimento per capita suscitaram, quer nos países desenvolvidos quer nos do Terceiro Mundo, a esperança na existência duma solução simples e rápida para o problema do subdesenvolvimento. «Seria suficiente que...»: reaparece assim

o velho mito de Prometeu, o segredo, a receita, poder-se-ia dizer que o truque tinha sido encontrado. Seria suficiente suscitar e favorecer, por todos os meios, uma industrialização tão rápida e completa quanto possível a fim de que... Passada que foi uma década e uma segunda, baptizada pelas Nações Unidas como «década do desenvolvimento» e já decorridos doze anos, começou cada vez mais a ter-se a noção de que as coisas não eram assim tão simples quanto se podia pensar ou, mesmo, quanto se queria pensar. Os semi-insucessos ou semi-sucessos de certas vias socialistas -ou melhor dizendo, de vias não capitalistas (Cuba, Argélia, Tanzânia, Vietname, Coreia, etc.) - e a recente viragem da China evidenciam claramente que, se o aspecto político é um elemento por vezes determinante do desenvolvimento, ele não constitui, todavia, uma condição suficiente. Por certo que, entre 1950 e 1980, o nível de vida dos países subdesenvolvidos progrediu; embora se conheça bem a lista dos desaires ocorridos e dos insucessos, efectuaram-se porém realizações mais concretas, muito importantes por vezes, mas não espectaculares, e por isto mesmo menos conhecidas.

Estes sucessos, cujo alcance é difícil de avaliar com precisão, foram por outro lado eclipsados pelo ritmo excepcional de desenvolvimento atingido pelos países desenvolvidos. Depois do final da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a um ritmo de crescimento económico sem precedentes. Entre 1946 e 1980, o volume total de bens e serviços dos países ditos desenvolvidos aumentou cinco vezes e o nível médio de vida cerca de três vezes e meia. Antes deste período, para tal melhoria, foram necessários cerca de cem a cento e dez anos, ou, por outras palavras, as transformações do nível de vida e das correspondentes estruturas económicas, ocorridas entre 1946 e 1980, foram tão importantes como as de 1840 a 1946. Ou ainda, a melhoria do nível de vida conseguida nas últimas três décadas e meia representa quase metade da que ocorreu desde o início do processo de desenvolvimento moderno, isto é, desde há cerca de três séculos.

Todavia, neste mundo rico, o próprio desenvolvimento começa a pôr problemas, tornando-se mesmo um problema a ausência de desenvolvimento suficiente. Um desenvolvimento que põe problemas... Problemas que decorrem do êxito em si mesmo, pois as coisas andam demasiado depressa e vão demasiado longe. Problemas de adaptação do homem ao desenvolvimento e problemas duma industrialização que assenta as suas bases em recursos não renováveis, quer se trate de matérias-primas quer de energia, o que justifica os receios de risco de esgotamento dos recursos naturais. Mais certas e mais graves são as consequências no domínio da destruição do meio ambiente e sobretudo no da poluição.

Um desenvolvimento que constitui problema por falta de desenvolvimento. A crise de 1974-75, os sucessivos e bruscos aumentos do preço do petróleo e a concorrência das indústrias de alguns países em vias de desenvolvimento ocasionaram que, em muito pouco tempo no Ocidente, se passasse do desprezo pelo trabalho moderno para a procura de uma ocupação. Rapidamente o *hippy* deu lugar ao jovem desempregado.

Como se vê, os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento são múltiplos e apresentam diversas facetas, sendo também fundamentais, pois relacionam-se com um dos aspectos mais importantes da vida do homem: a sua subsistência. A vida material não é certamente tudo e

menos ainda é o objectivo da aventura humana, mas o elemento «material» é uma condição indispensável. No mundo de hoje, esta vida material assume a dupla faceta do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. São estas duas faces que iremos progressivamente analisar nas páginas seguintes.

2. *Existiu desenvolvimento e subdesenvolvimento nas sociedades tradicionais que precederam a revolução industrial?*

Eram imutáveis os mundos tradicionais antes da revolução industrial? Certamente que não, como já o referimos na introdução. Todavia, tais mundos moviam-se num espaço económico limitado. O espaço do «desenvolvimento económico» antes da revolução industrial era bastante restrito. Qual era a amplitude de tal espaço? Que diferença existia entre as sociedades mais ricas e as mais pobres? Ou, utilizando termos contemporâneos, quais eram os desníveis de desenvolvimento? Esta questão, analisada em particular por Simon Kuznets e Colin Clark, também nos preocupa desde há muito, e tentámos resolvê-la utilizando o maior número possível de perspectivas. Retomaremos aqui as partes essenciais das conclusões da nossa pesquisa neste domínio.

As seis perspectivas, bastante diferenciadas, que utilizámos para avaliar estes desníveis máximos de desenvolvimento, conduziram a resultados muito convergentes. Vejamos, em primeiro lugar e sumariamente, em que consiste cada uma destas seis perspectivas.

A primeira consiste em recolher o máximo de dados relativamente válidos sobre o nível do produto nacional per capita, quer para os períodos anteriores à revolução industrial quer para os períodos próximos desta. Para que se tornasse possível a comparação dos dados, efectuaram-se as necessárias correcções.

A segunda perspectiva não é muito diferente da primeira e assenta na análise da situação da Europa, no início do século XIX, no que se refere aos níveis de desenvolvimento. Neste caso, a hipótese é simples: a diferença entre os níveis do produto *nacional* per capita, em termos reais, daquele período pode servir de indicador aproximado das diferenças de desenvolvimento antes da revolução industrial. Com efeito, por volta de 1830-50, a Europa registava já uma disparidade bastante acentuada nos graus de desenvolvimento. Alguns países da Europa caracterizavam-se pela existência de recursos por habitante muito medíocres e uma ausência quase total de industrialização moderna, enquanto outros se situavam em estádios de desenvolvimento relativamente avançados, sem, contudo atingirem um nível de vida superior ao dos países muito ricos das sociedades tradicionais.

A ideia base da terceira perspectiva é que a diferença entre o mínimo de subsistência e o consumo privado médio por habitante de um país que já atingiu um nível de desenvolvimento relativamente elevado, é um indicador muito significativo das diferenças máximas do nível de vida antes da revolução industrial. A hipótese implícita em tal proposição é que o nível médio de vida dum país «extremamente pobre» não pode ser inferior ao mínimo de subsistência e que o nível de vida de um país «muito rico» antes da revolução industrial não pode ultrapassar o dos

países europeus que já estão empenhados no processo de desenvolvimento há pelo menos 4 a 6 décadas. Dos estudos que efectuámos concluímos que era possível -graças ao conhecimento dos salários da mão-de-obra urbana e dos preços dos cereais - calcular um indicador bastante preciso dos níveis médios de vida das sociedades tradicionais antes da revolução industrial. Dado que existem tais informações para um leque suficientemente amplo de situações, os desníveis assim constatados são igualmente indicadores das diferenças entre os níveis médios de vida.

A quinta perspectiva considera a hipótese de os desvios diacrónicos máximos dos níveis reais dos salários no interior dum país ou numa região e durante um período muito longo no seio da economia pré-industrial poderem servir de indicador do nível de vida no plano internacional. Tendo em conta as diferenças que provavelmente existem entre níveis de salários reais e níveis médios de vida, é possível obter estimativas para estes últimos.

Mesmo considerando que o historiador económico dispõe hoje de mais informações sobre as sociedades tradicionais europeias dos séculos XVII e XVIII que os observadores dessa época, o ponto de vista destes ainda tem um valor seguro. Com efeito, os resultados das raras tentativas de comparação de rendimentos per capita realizadas pelos percursos da contabilidade nacional podem considerar-se apreciações nada aberrantes aos olhos dos contemporâneos. A sexta e última perspectiva recorre, pois, a tais testemunhos privilegiados do passado.

Eis os resultados obtidos expressos através dos desvios máximos em relação a 1,0 (por exemplo, 1,4-1,6 significa um desvio de 1,41,6 em relação a 1,0):

a)	Produto nacional bruto real per capita das sociedades tradicionais	1,4-1,6
b)	Situação da Europa no início do século XIX	1,4-1,6
c)	Diferença entre o nível mínimo de subsistência e o consumo médio	1,5-1,7
d)	Indicador do nível de vida	1,5-1,7
e)	Evolução plurissecular dos salários reais	1,41,6
f)	Ponto de vista dos contemporâneos	1,3-1,5

Pode assim concluir-se que, no quadro das sociedades tradicionais (excluindo as economias primitivas), o desvio máximo do nível de vida per capita numa nação em relação a outra era apenas de cerca de 1,0 a 1,5-1,6. É provável, dada a convergência de resultados, que esta estimativa tenha uma margem de erro relativamente baixa, talvez inferior a 20 %. A possível tendência desta *ratio* vai no sentido duma avaliação exagerada; é provável que o desvio máximo seja menor que 1-1,5 em certos casos, já que se preferiu o cálculo por excesso.

Estes dados excluem os países de pequena dimensão (menos de 2-3 milhões de habitantes) e sobretudo aqueles que no domínio do comércio internacional realizavam funções internacionais específicas, dos quais são exemplo os Países Baixos. Este país, cuja população era inferior a dois milhões de habitantes, concentrava, apesar disso, uma fracção importante das actividades comerciais do conjunto da Europa, que era sessenta vezes mais populosa. Os dados acima apresentados referem-se a países

de dimensão média, digamos da ordem dos 3 a 15 milhões de habitantes, tais como a França, a Inglaterra, a Itália, a Turquia, etc. Se se tomarem em consideração os casos de espaços económicos mais vastos - compreendendo populações da ordem dos 100-200 milhões de habitantes (tais como a Europa Ocidental, a Índia, a China) - obtém-se uma estimativa para os desvios ainda mais reduzida. De facto, a possibilidade de estes grandes espaços económicos deterem valores médios situados nos extremos das escalas de rendimento é muito remota; neste caso pode considerar-se como hipótese razoável um desvio máximo da ordem de 1,0 a 1,2-1,3. Portanto, como se vê, é difícil falar de desenvolvimento e de subdesenvolvimento.

Estas diferenças (internacionais ou entre grandes espaços) podem parecer pequenas comparadas com as importantes diferenças nos vestígios ou heranças urbanas das sociedades tradicionais e ainda nas diferenças nos níveis de vida das classes dominantes, tais como nos aparecem através de elementos descritivos de carácter qualitativo ou quantitativo. No que respeita às classes dominantes, enormes diferenças são concebíveis mesmo entre sociedades com rendimentos médios similares. Numa tal estrutura, podem facilmente imaginar-se dois casos opostos (mas não extremos); um com uma classe dominante que representa apenas 1 da população e que detém 20 % dos recursos, um outro com uma classe dominante mais ampla, representando 5 % da população e detendo 15 % dos recursos. Nestes dois tipos hipotéticos de sociedades, as diferenças dos recursos médios disponíveis por habitante de tais classes dominantes estariam na relação de 1,0 para 6,7.

Quanto às diferenças aparentes do nível de vida, tais como o levam a supor os vestígios urbanos das sociedades tradicionais, importa referir que aquelas diferenças podem resultar de uma «escolha» da sociedade. Assim reencontramos o caso do exemplo anterior. Uma repartição bastante desigual dos rendimentos urbanos pode permitir construções luxuosas que, por isso, têm mais hipóteses de resistir do que a habitação média. Contudo, convém igualmente referir que independentemente das escolhas, em certas sociedades, onde existem pequenas diferenças em relação ao nível médio de vida, foi possível construir cidades muito luxuosas. Com efeito, é suficiente a mobilização de uma pequena parcela do rendimento para realizar programas de construção suficientemente importantes. É possível que uma afectação suplementar de 3 a 7 % do rendimento urbano para a construção possibilitasse a realização de equipamento urbano que, retrospectivamente, apresentasse sinais de grande riqueza.

Assim, cidades ricas e luxuosas e cidades pobres e imundas; e também, naturalmente, cidades que podiam enriquecer até se tornarem capitais mundiais; e, pelo contrário, cidades ricas que podiam decair até se transformarem em obscuras ruínas. Do mesmo modo regiões ricas e regiões pobres. Com efeito, é provável que à escala regional ou micro-regional as diferenças de nível médio de vida sejam mais marcadas. São plausíveis desvios de 1 para 3 entre a mais pobre e a mais rica região (ou pequeno país com menos de 2-3 milhões de habitantes) e desvios ainda mais acentuados entre uma cidade muito pobre e uma cidade muito rica. Mas ao nível dos países e ainda mais ao nível de grande conjunto de países poder-se-á falar de ricos e pobres quando

as diferenças são tão ténues? E *a jortiori* poder-se-á falar de desenvolvimento e subdesenvolvimento? Certamente que não.

Tentemos dar um carácter mais concreto a estes níveis de desenvolvimento, ou seja, a estas diferenças. Para o fazer utilizaremos, à falta de melhor, o que ainda hoje é o menos mau dos indicadores do nível de vida: o nível do produto nacional bruto (PNB) per capita expresso em valores comparáveis tanto quanto possível entre si. Dado que é para o ano de 1960 que existe a maior disponibilidade de dados susceptíveis de comparação, os níveis de produto per capita utilizados neste artigo são expressos a preços de 1960 e em dólares dos Estados Unidos. Os (grandes) países mais pobres tinham um PNB per capita da ordem dos 130-150 dólares e os mais ricos da ordem dos 190-240 dólares, situando-se a média em valores da ordem dos 160-190 dólares. Isto significa que os países mais ricos tinham um nível médio de vida semelhante ao detido actualmente pelos países pobres do Terceiro Mundo, mas não pelos mais pobres, pois a situação destes é bastante próxima da dos países pobres das sociedades tradicionais.

Os países actualmente muito pobres e os países pobres de outrora tinham um nível médio de vida muito próximo do mínimo fisiológico e portanto não muito afastado do das sociedades ditas primitivas. Segundo as nossas estimativas, o nível do PNB per capita das sociedades primitivas situava-se, em média, em valores da ordem dos 80-100 dólares. Mas existiram (e podem ainda existir) sociedades primitivas muito «ricas» em termos de recursos naturais por habitantes que, por isso, podiam usufruir de um nível de vida que, em termos do PNB per capita, se aproximava dos 130-160 dólares. Assim, a passagem à civilização não representou para tais sociedades um salto no que respeita ao nível médio de vida. Inversamente, representou por certo um salto ao nível das desigualdades dos recursos individuais. É muito pouco provável, para não dizer impossível, que na ausência de uma agricultura e de um sistema elaborado de organização social, grupos sociais possam açambarcar uma parte desproporcionada dos recursos disponíveis para o conjunto do grupo de que são parte integrante. Esta faceta do desenvolvimento e do subdesenvolvimento não deve ser esquecida, ainda que no contexto deste artigo se lhe dê pouca ênfase.

3. O desenvolvimento do Ocidente: uma importante ruptura na história mundial ou a simples inclinação duma curva?

As 110 000 locomotivas que percorriam os cerca de 620 000 quilómetros de caminhos de ferro existentes em todo o mundo por volta de 1890 tinham provavelmente alguma coisa a ver com a famosa esfera eolípila («bola de tolo»), em que um jacto de vapor fazia mover uma roda. Esta máquina foi construída pelo grego Héron de Alexandria, provavelmente no século II a. C. Estas locomotivas tinham ainda alguma coisa a ver com a não menos famosa experiência realizada em 1654 pelo alemão Guericke que provou a «força» do vácuo, servindo-se para tal da ajuda de dois grupos de oito cavalos que não conseguiram separar as duas metades duma esfera em cujo interior se tinha feito o vácuo. Esta experiência inspirou-se directamente nos trabalhos sobre o vácuo do francês

Pascal e sobretudo do italiano Torricelli (aluno de Galileu). O francês Papin - ao provar por volta de 1690 que o vapor era um meio superior à pólvora para produzir o vácuo - permitiu o aparecimento da primeira máquina a vapor do inglês Savery (cuja patente data de 1698) que, na realidade, era uma bomba a vapor. O moderno sistema bancário - criado a partir da segunda metade do século XIX - foi buscar as suas raízes aos bancos italianos da Idade Média, para já não falar dos bancos gregos. O sistema de afolhamento contínuo - que é um dos elementos fundamentais da revolução agrícola (veja-se o artigo «Agricultura») - foi sem dúvida nenhuma inspirado em métodos semelhantes utilizados nos Países Baixos desde o início do século XVII que, por sua vez, devem muito aos que a antiga Roma já tinha aplicado e transcrito em tratados. Exemplos como estes, há uma infinidade deles que nos evidenciam que a história da humanidade não começou no início do século XVIII e portanto com a revolução industrial inglesa, e que esta, sem dúvida, contraiu dividas numerosas em relação às múltiplas inovações do passado. As razões por, que tais inovações não conduziram mais cedo e sobretudo noutro local (designadamente na China) à revolução industrial serão analisadas no parágrafo seguinte. A questão que aqui se põe é de saber se esta revolução constituiu uma verdadeira ruptura ou um simples ponto de flexão numa curva.

Para responder a esta questão, alguns elementos importantes foram já abordados: com a revolução industrial passou-se de um mundo onde as desigualdades internacionais dos níveis de vida e do nível de vida médio eram mínimas para um mundo de desigualdades crescentes resultantes sobretudo do salto verificado no nível de vida do Ocidente. Um mundo com desigualdades mínimas de nível de vida significa ainda um mundo em que durante milénios tal nível de vida praticamente não se alterou. Ainda que a passagem das sociedades primitivas à civilização (iniciada há dez ou onze mil anos com a revolução neolítica) tivesse permitido a multiplicação da população mundial por trinta, no mínimo, e oitenta, no máximo, durante noventa-cento e dez séculos (entre 8000 a. C. e 1750 d. C.), aquela passagem não comportou um aumento do nível médio de vida superior a 30-60 %. Ora, em menos de três séculos (de 1700 a 1980),

- europeu médio viu o seu nível de vida crescer 1300 % e, apesar do peso do Terceiro Mundo, o nível médio mundial cresceu 500 %.

- isto quando a população mundial cresceu 0,7 % ao ano, enquanto na revolução neolítica o crescimento demográfico foi, na hipótese mais favorável, de 0,05 % ao ano.

Todavia, este salto verificado nos rendimentos médios - que não exclui apesar disso o facto de, ainda hoje em dia, cerca de metade da população mundial não viver melhor do que há três séculos atrás- é uma das expressões das múltiplas e profundas alterações que o mundo sofreu, em particular o mundo desenvolvido. Assim, se nos limitarmos

- velha Europa (que progrediu a um ritmo menor que a nova América do Norte), podemos ver através do quadro 1 que o que mais importância tem, isto é, a duração de vida -que durante milénios não registou quaisquer progressos assinaláveis-, duplicou entre 1700 e 1900 e cresceu ainda 60 % de 1900 até 1980, passando dos 45 para os 73 anos, ou seja, um ganho de 28 anos. Certamente que este progresso se deve, em larga medida, à redução da mortalidade infantil; de facto, para as crianças de 10 anos, a esperança de vida não cresceu mais de 11 anos entre 1900

e 1980 e provavelmente o mesmo entre 1700 e 1900. Esta vitória sobre a mortalidade infantil não será também qualquer coisa de fundamental? Passar de 220-260 mortes de bebés por cada mil, no primeiro ano de vida, para apenas 12 por mil, como na Europa, ou

mesmo para 70 por mil no Terceiro Mundo, nos dias de hoje, é uma conquista incontestável do desenvolvimento ocidental. Que esta conquista contribuiu para criar

Quadro 1.

Alguns indicadores das modificações socioeconómicas da Europa (excluindo a Rússia) e do mundo (1300-1980).

Fontes: Os dados deste quadro e os dos quadros 2 e 4 resultam de cálculos e estimativas do autor com base em numerosas fontes que, além das publicações do próprio, incluem em particular as publicações estatísticas das Nações Unidas, da UNESCO, da FAO, os anuários estatísticos dos diversos países e B. R. Mitchell, *European Historical Statistics, 1750-197*

	<i>Por volta de 1300</i>	<i>Por volta de 1700</i>	<i>1900</i>	<i>1980 a</i>
População total (milhões)				
Europa	60-90	95-110	285	491
Mundo	370-530	630-740	1640	4430
PNB por habitante b				
Europa	150-180	170-200	560	2600
Mundo	160-180	160-190	300	1100
Esperança de vida à nascença (homens)				
Europa	23-30	26-35	45	73
Mundo	22-28	25-33	31	58
Mortalidade infantil				
Europa	200-300	220-260	190	15
Mundo	200-300	220-260	230	61
Percentagem de agricultores				
Europa	76-83	76-80	50	14
Mundo	76-83	76-83	72	48
Rendimento do trigo (quintais por hectare)				
Europa	6-8	7-8	14	36
Mundo	7-8	7-8	8	19
Taxa de urbanização c				
Europa	9-11	11-13	38	67
Mundo	9-10	10-11	16	39
Número de cidades com mais de 100 000 habitantes				
Europa	4-6	10-12	125	440
Mundo	40-55	70-85	300	2350
Consumo de ferro d por habitante (kg)				
Europa	0,5-1,5	1,0-2,0	80	400
Mundo	0,5-1,5	0,5-1,5	52	160
Consumo de energia por habitante e				
Europa	250-400	300-450	1500	4500
Mundo	200-400	250-400	460	2000

a Dados preliminares.

b Em dólares e preços dos EUA de 1960.

c Percentagem da população total habitando cidades com 5 000 ou mais habitantes.

d Para 1980, aço bruto.

e Expresso em kg de equivalente carvão. Para 1900 e 1980 não inclui a maior parte das energias tradicionais: madeira, moinhos, etc.

outros problemas, isso é um outro aspecto que resulta do reverso da medalha do desenvolvimento, ou seja, da componente do subdesenvolvimento (veja- o § 2). Uma outra modificação, em nada semelhante às lentas modificações do passado, foi o fenómeno da urbanização. Pouco importa se para melhor ou para pior (veja-se o artigo «Cidade/campo»), o que é certo é que o modo de viver da Europa e da humanidade se alterou. Enquanto, durante séculos, a proporção das pessoas que viviam nas cidades variou entre 9 e 13 %, a partir de 1900 cerca de 40 % dos Europeus vive já em cidades e em cidades muitíssimo maiores que antes. Alterações também as houve, nos domínios da produção industrial, do comércio externo, da educação, etc. (cf. quadro 1).

Enfim, para não falar senão da mais importante alteração no domínio das relações de dominação internacional, antes da revolução industrial a colonização europeia era apenas uma colonização entre outras, mas a partir das primeiras décadas do século XIX, a dominação europeia assumiu uma amplitude e modalidades específicas sem precedentes na história. Amplitude e modalidades que são consequências directas da revolução industrial. E isto sucede por duas razões principais.

A primeira destas razões está ligada ao facto de - enquanto a Europa se situou no quadro de uma economia tradicional - a possibilidade de «trocas» com os territórios coloniais ser, em termos relativos, pouco importante e, por conseguinte, não poder justificar senão um império colonial também restrito em termos relativos. Com efeito, uma Europa de economia tradicional implicava um nível de vida e um consumo por habitante semelhantes aos das colónias. Por outro lado, implicava também que os produtos oriundos das colónias, no essencial produtos de luxo (especiarias, açúcar, artigos manufacturados de elevado valor), não podiam representar uma proporção importante do consumo europeu total. A segunda razão é de natureza militar. Na verdade, sem progresso quantitativo e qualitativo do armamento europeu - que resultou directamente das modificações científicas, técnicas e económicas da revolução industrial -, uma dominação directa tão importante e sobretudo tão dispersa como aquela que existiu a partir da segunda metade do século XIX é muito dificilmente concebível (veja-se o artigo «Colónias»).

Assim, qualquer que seja a perspectiva em que nos coloquemos, a ruptura é importante e brutal. Brutal, claro está, no contexto histórico; pois se as coisas se começaram a mover decisivamente nas primeiras décadas do século XVIII, ter-se-á passado para um sistema económico diferente apenas nas últimas décadas do mesmo século. Em suma, uma revolução que levou 60-80 anos para modificar realmente um regime não merece, em política, este qualificativo, mas sim na história das estruturas socioeconómicas. E tanto mais não havendo dúvida que esta revolução industrial-cujos frutos vão desde os Americanos que exploraram a Lua até aos camponeses do Bangladesh que em média não dispõem de mais de 4 000 m² de terra agrícola por cada pessoa que se dedica à agricultura -é a mais importante das rupturas que a história da humanidade conheceu. Esta ruptura só se tornou possível, porém, graças às conquistas já anteriormente realizadas, não só pelas civilizações europeias, mas também pelas do resto do mundo.

4. *A Inglaterra, berço da revolução industrial*

Neste parágrafo vamos procurar responder a quatro questões chave suscitadas pelo fenómeno do desenvolvimento económico do Ocidente designado tradicionalmente por revolução industrial: onde? quando? porquê? como?

Onde se iniciou a revolução industrial?

Quando é que nasceu?

Porque surgiu em primeiro lugar na Inglaterra?

Como se realizou e como se transmitiu aos outros países?

As três primeiras questões serão abordadas no presente parágrafo. A quarta, muito mais complexa e também muito mais importante, já que comporta implicações contemporâneas fundamentais, serão dedicados dois parágrafos.

A primeira destas questões (onde se iniciou a revolução industrial) é a de mais fácil resposta. Com efeito, não só a Inglaterra é sem dúvida alguma o país berço da revolução industrial, mas também esta permaneceu durante bastante tempo um fenómeno isolado, limitado unicamente à Inglaterra. Durante cerca de meio século, raras foram as inovações inglesas que deram lugar a imitações no resto da Europa e da América do Norte.

A segunda (quando é que nasceu) coloca já um problema mais difícil, com três componentes fundamentais.

Em primeiro lugar, encontramos-nos num período que os peritos em estatística qualificam de pré-estatístico, o que significa que a informação de que se dispõe é limitada, apesar das numerosas investigações; um período para o qual faltam muitas vezes informações de importância capital. Citemos um exemplo entre muitos: não existem nem para o século XVIII nem para uma boa parte do século XIX estimativas, ainda que pouco credíveis, da evolução anual da produção de cereais em Inglaterra.

A segunda componente prende-se com a dificuldade que é inerente à cronologia de qualquer fenómeno que se desenvolve gradualmente. É certo que é relativamente fácil datar, até mesmo com bastante precisão, a maior parte das invenções técnicas da revolução industrial, mas o que é importante é a difusão de cada uma delas e o efeito proveniente da conjunção de várias inovações. E tudo isto é igualmente gradual: onde estabelecer o limite? A partir de quantos grãos temos um monte de trigo?

Por último - e isto é um ponto muito importante que retomaremos posteriormente - a revolução industrial foi precedida e resulta em parte numa revolução agrícola. Com efeito, o qualitativo mais adequado para a revolução industrial seria uma «revolução agro-industrial». Podemos assim ter duas

datas iniciais se se separar a revolução agrícola da revolução industrial, ou uma só se se considerar que o início da revolução agrícola foi o da revolução industrial. A data do início da revolução agrícola inglesa pode ser fixada por volta de 1700 e a da revolução Indus-

trial propriamente dita por volta de 1760. É importante referir que «por volta de 1700» e «por volta de 1760» significam, *grosso modo*, 1680-1720 e 1740-70, e uma maior precisão seria muito arbitrária. Em ambos os casos não se trata da data das primeiras manifestações do fenómeno, mas do período aproximado em que o impacto e a difusão do próprio fenómeno começaram a ter consequências. Por exemplo, se a revolução se iniciou por volta de 1760, isso não implica de facto que inovações importantes no domínio industrial não se produzissem antes de 1740. É nomeadamente o caso da utilização do carvão para a produção do ferro, uma das três ou quatro mais importantes mutações tecnológicas da revolução industrial. Ora, já por volta de 1709, Abraham Darby obtinha sucessos seguros nas suas tentativas nesse domínio. Mas isso significa que por volta de 1760 a economia britânica, no seu conjunto, começava a sentir os efeitos das transformações económicas relacionadas com aquelas mutações tecnológicas.

4.1. Porquê a Inglaterra?

Trata-se duma questão delicada e que -em nosso entender- não pode ter uma resposta plenamente satisfatória. Mas como o problema é interessante, as respostas não faltam. Se se fizer uma síntese das investigações neste domínio, podem individualizar-se oito factores mais frequentemente invocados -por vezes isoladamente, mais frequentemente em grupos de dois ou de três- para explicar as razões que levaram a revolução industrial a eclodir em Inglaterra. Citemos estes oito factores desordenada e sucintamente: a mentalidade e a religião; a expansão comercial; a expansão colonial; a disponibilidade em matérias-primas; o elevado nível de desenvolvimento; a estrutura política; a expansão demográfica; a boa rede de comunicações. Quando se procede à análise de cada um destes factores, apercebemo-nos que cada um de *per si* não é realmente convincente e, sobretudo, que nenhum deles é específico à Inglaterra. Vejamos mais de perto cada um destes factores.

A mentalidade, a religião: reencontramos aqui, em particular, a tese do sociólogo Max Weber, que associa o protestantismo à emergência e sobretudo à expansão do capitalismo, ligando o protestantismo ao esforço

- à iniciativa pessoal. Sem falar da atenuação da proibição que punia no catolicismo o empréstimo de dinheiro a juros, é provável, para não dizer certo, que o protestantismo tenha forjado uma mentalidade onde
- esforço individual é mais valorizado e onde o êxito económico possui uma conotação menos negativa, se não mesmo positiva. Por outro lado, a austeridade nas formas fundamentais do protestantismo é duplamente favorável à formação da poupança e, por consequência, às possibilidades
- investimento. Com efeito, a austeridade do templo protestante -contrastando com a opulência da Igreja Católica- realça bem a austeridade do modo de vida da Reforma. Mas ainda que se admitam estes factos, a Inglaterra não era o único país predominantemente protestante; aliás o anglicanismo é, de entre as várias variantes do protestantismo, uma das mais próximas do catolicismo. Por outro lado, a história do século XVIII, e sobretudo do século XIX, apresenta casos de regiões católicas mais dinâmicas que outras protestantes.

Não há dúvida que, por volta de 1760, a Inglaterra era a principal

I potência comercial da Europa, e portanto do mundo, embora tal posição de destaque fosse muito recente. O historiador Wilson estima, por exemplo, que o monopólio efectivo dos transportes e do comércio europeu estabelecido pelos Holandeses no início do século XVII se manteve intacto até 1730. Por volta de 1700, o comércio externo por habitante era provavelmente cinco a dez vezes mais importante na Holanda que em Inglaterra, sendo apenas em meados do século XIX que esta, sempre em termos relativos, suplantou aquela. Por sua vez a Holanda tinha suplantado Portugal, que tinha suplantado a Espanha, que por sua vez havia suplantado a Itália... Assim, se um comércio externo importante fosse uma condição suficiente para o despertar duma revolução industrial, existiriam razões de sobra para que se verificasse noutros lugares que não em Inglaterra. Aliás, antes do início desta revolução industrial (por volta de 1660-80), a importância comercial da Inglaterra era não só muito mais fraca do que a da Holanda, mas também mais fraca, por exemplo, do que tinha sido a das repúblicas italianas na Idade Média.

Explicar a revolução industrial inglesa pela expansão colonial é tomar os efeitos pelas causas. A Inglaterra do século XIX é, sem dúvida alguma, a maior potência colonial não só deste período mas de todos os tempos. Por volta de 1913, o Império Britânico contava com cerca de 400 milhões de súbditos distribuídos por uma superfície de 33 milhões de km². Se lhe juntarmos o império informal (sobretudo a China e grande parte da América Latina) chegasse a um pouco mais de 900 milhões de habitantes. Ora, por volta de 1700, ou até mesmo 1750, o império inglês compreendia quase exclusivamente os actuais Estados Unidos e algumas ilhas da América Central como a Jamaica, Barbados, Bermudas e Baamas. No total, tinha uma população da ordem dos dois milhões (e menos de um milhão por volta de 1700). Aliás, os impérios espanhol e português eram, na época, muito mais importantes que o império britânico.

No momento em que se começa a pôr em destaque que os recursos em carvão constituem, de longe, a principal reserva de energia não renovável (hoje em dia, as reservas que se conhecem e que são recuperáveis representam cerca de 170 anos de consumo actual e o total de

recursos está perto de 20 vezes mais), lembremo-nos que, antes da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido era o principal exportador de energia do mundo. Em 1911-13, as suas exportações de carvão cresciam por ano cerca de setenta e um milhões de toneladas e representavam 10 % do total das suas exportações. Por volta de 1830, o Reino Unido representava, por si só, 79 % da produção europeia total, e 47 % por volta de 1910. O país era também rico em minérios de ferro e estanho, riquezas que, graças à precocidade da revolução industrial, tinha sido possível explorar usufruir. Contudo, e para concluir, deve dizer-se que, em termos dos recursos de carvão (por habitante), países como a Alemanha, a Bélgica até mesmo a Polónia estavam à partida tão bem, se não melhor, fornecidos. De qualquer forma, importa referir que, no início da revolução industrial, a Inglaterra (e algumas regiões da Bélgica e Alemanha) era país onde o consumo de carvão para utilizações domésticas e «industriais» estava mais difundido.

É aliás a esta utilização precoce do carvão que indirectamente se faz referência quando se atribui a precocidade da revolução industrial

Inglesa aos progressos já anteriormente realizados no domínio industrial. Deve reconhecer-se que, antes do século XVIII, a Inglaterra não estava avançada noutros domínios da indústria nem quantitativamente (à excepção dos tecidos de lã) nem sobretudo tecnicamente. Assim, quando Colbert (o célebre inspector geral das finanças francesas), no final do século XVII, decidiu recorrer aos estrangeiros a fim de «instruir os Franceses», dirigiu-se aos Holandeses para a tecelagem, aos Alemães e aos Suecos para a metalurgia do ferro e do chumbo (para o chumbo, sobretudo aos Suecos), aos Italianos para os trabalhos em vidro e seda. Na Europa em geral, para a realização dos canais de irrigação, os ensinamentos vinham dos Países Baixos (que, aliás, mantiveram durante muito tempo a primazia) e para a construção vinham da Itália, da França e até mesmo da Suíça. Se se efectuar a contagem dos feitos técnicos citados no quadro cronológico com que termina a *Short History of Technology* de Derry e de Williams (análise efectuada por ingleses, 1960), obtêm-se os seguintes resultados: de 1600 a 1700, os feitos técnicos registados pela Europa Continental são dezoito, dos quais dez para a França e os restantes oito para a Inglaterra.

Muito mais importante é o argumento que atribui (em parte) a precocidade da revolução industrial inglesa a factores políticos e em particular ao facto de a forma de governo deste país consentir a livre expressão dos interesses económicos, criando para tal certas protecções no domínio da regulamentação. Mas, e mais uma vez, a Inglaterra não era o único país onde o governo era favorável aos interesses económicos da burguesia. Idêntica situação, se não melhor, existia nas repúblicas italianas e nos Países Baixos, já para não falar de outras monarquias parlamentares e de repúblicas.

O problema do impacto da expansão demográfica sobre o início da revolução industrial inglesa é mais delicado, devido às margens de erro dos dados. Todavia, pode assegurar-se (e as investigações recentes confirmam-no) que durante o século que precedeu o início da revolução agrícola e até durante os 30-40 anos que se lhe seguiram (isto é, até 1730-40) a expansão da população inglesa manteve-se moderada e nada diferente da de muitos países europeus. Assim, no século XVIII, a população cresceu 0,2 % ao ano, sem dúvida mais rapidamente que no resto da Europa (cerca de 0,1 %), embora se trate de uma taxa de crescimento muito moderada e semelhante às verificadas durante o mesmo período para alguns países (Suécia, Países Baixos). E por outro lado uma taxa muito inferior à que vários países conheceram noutros séculos. Com efeito, países houve que no quadro duma economia tradicional e antes da revolução industrial apresentaram taxas anuais de crescimento durante um século da ordem dos 0,4-0,6 % (em particular a China nos séculos XII e XVIII; a Suécia e talvez também a Rússia no século XVIII; a Índia e os Países Baixos no século XVI). Durante as 3-4 primeiras décadas do século XVIII, manifestou-se mesmo uma aceleração pouco sensível do ritmo de crescimento da população inglesa, enquanto muitos países viram a sua população crescer muito mais rapidamente. A aceleração do crescimento demográfico é sobretudo uma resultante do desenvolvimento de Inglaterra, o que nos levará a retomar esta questão mais adiante.

O último factor, bons meios de comunicação, é indiscutivelmente um trunfo da Inglaterra. Trata-se essencialmente do papel desempenhado pela água. A Inglaterra é uma ilha (ou, melhor, uma parte duma ilha) estreita, em que a distância de qualquer lugar até ao mar não ultrapassa os 110 km, e além disso possui um grande número de rios navegáveis

- poucos relevos (o que explica o que antecede). Ora, ainda mais que hoje, o transporte marítimo e fluvial era consideravelmente mais económico que o transporte terrestre. Antes das alterações trazidas pelas técnicas da revolução industrial, custava 5-8 vezes menos transportar os bens por mar ou rio do que por terra. Mas... mais uma vez (e pela última vez), devemos assinalar o carácter não específico ou, melhor, a não unicidade desta característica da Inglaterra. Outros países (em particular os Países Baixos) eram também bem dotados em vias naturais de comunicação; outros países como a França eram melhor dotados em vias artificiais (estradas). Similarmente, a vantagem peculiar que deriva da posição geográfica da Inglaterra, mais próxima que o resto da Europa do futuro importante centro económico que serão os Estados Unidos, é muito relativa, já que os Estados Unidos só se tornarão importantes depois do século XVIII; assim, por exemplo, a Itália da Idade Média estava ainda melhor situada em relação à Ásia, que detinha então, no domínio do comércio internacional, um papel muito mais importante.

Uma conclusão se retira facilmente: se a Inglaterra não era particularmente avançada em cada um dos pontos evocados, ela era certamente o único país europeu a reunir, num mesmo momento, todas estas características. É então esta combinação de factores que constitui

- elemento explicativo. Provavelmente... Retomaremos mais adiante esta questão. Mas antes é necessário situar a Inglaterra no contexto da Europa, de quem herdou muitos daqueles factores. Importa pois interrogarmo-nos sobre a especificidade desta Europa do início do século XVIII.

4.2. As especificidades da Europa em vésperas da revolução industrial

Em primeiro lugar convém recordar o que já foi dito a este propósito no artigo «Indústria». Sem dúvida que a Europa Ocidental do início do século XVIII tinha atingido um nível de «civilização» nunca antes conhecido. Por outro lado, é provável que a civilização europeia, graças ao seu espírito de abertura para o mundo exterior - atitude que lhe era, aliás, bastante específica e que lhe permitiu aperfeiçoar e, sobretudo, assimilar numerosos contributos -, fosse então uma das mais avançadas, se não a mais avançada, no campo científico e técnico. A álgebra árabe, a imprensa chinesa, a batata americana, o renovado interesse pelos contributos das civilizações antigas, tudo isto, bem assim como outros contributos valorizados pelas pesquisas originais dos Europeus dos séculos XVI e XVII conduziram a sociedade europeia do início do século XVIII a um nível provavelmente nunca atingido anteriormente por outras civilizações, sem que no entanto o desnível entre a Europa

- a Ásia neste domínio fosse relevante.

DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

Outra especificidade foi a supremacia marítima e militar do Ocidente, a partir do século XVI, que lhe permitiu lançar as bases da aventura colonial que irá marcar os séculos seguintes. Por outro lado, a supremacia no domínio da navegação contribuiu também para incentivar os fluxos de informação provenientes do resto do mundo, de que as novas plantas da América são um elemento importante, entre outros de que falaremos adiante.

Esta supremacia marítima é talvez o fruto duma outra especificidade europeia: a abertura para o mar. Basta dar uma vista de olhos num mapa para constatar quão recortada é a costa europeia comparada com a de outros continentes e quão frequentemente o mar penetra no interior da terra.

A expansão marítima leva-nos naturalmente a falar do capitalismo europeu. Por certo que este constituiu um fermento, se não do desenvolvimento, pelo menos da actividade económica. Mas importa ter em conta uma certa relatividade. Se na generalidade se considera que o capitalismo europeu se situa entre as formas mais «elevadas» e «elaboradas» que o sistema de organização da vida económica tomou antes da revolução industrial, não é descabido pensar que tal consideração resulte de uma dupla ilusão óptica. É natural que as diferenças em relação a outras grandes sociedades sejam exageradas devido ao menor conhecimento que delas se tem. Por outro lado, como se adoptou a mesma denominação para o sistema económico da revolução industrial, na qual efectivamente o capitalismo de então desempenhou um papel essencial, tem-se a tendência para extrapolar uma ligação orgânica pela sucessão dos dois fenómenos, de resto bastante diferentes.

A problemática é muito semelhante no que se refere a uma outra característica da Europa em vésperas da industrialização: a proto-industrialização. Trata-se do desenvolvimento das actividades artesanais através da produção para um mercado não local e da participação das populações camponesas nesta produção, sobretudo dos camponeses cuja actividade agrícola era insuficiente para acudir ao seu sustento, dada a pequena dimensão das suas explorações. Será que esta proto-industrialização, que certamente facilitou nalgumas regiões a industrialização propriamente dita, é verdadeiramente específica desta Europa? É difícil ter a certeza disto, já que noutras grandes civilizações existiram formas, se não semelhantes, pelo menos muito próximas, de organização do trabalho artesanal. Mas terão atingido a mesma difusão?

Outra especificidade mais segura desta Europa é a grande disponibilidade de energias renováveis, tal como as que eram utilizadas antes da revolução industrial. Florestas abundantes, numerosos cursos de água, ventos bastante regulares, tudo isto existia em abundância. Seguramente, a Europa tradicional do século XVII utilizava por habitante mais energia que qualquer outro continente em qualquer momento da sua história (antes do desenvolvimento).

Outra característica desta Europa dos séculos XVI e XVII é o seu fraccionamento num mosaico de estados, ao contrário do que sucedia no mesmo período nos grandes impérios da Ásia. Tal fraccionamento constituiu um factor favorável à concorrência e um estímulo à inovação. Por último, e sem que por isso se caia no tão desacreditado determinismo climático, seria também aberrante esquecer o clima. A Europa,

sobretudo a Europa Ocidental, na qual se inscreve o essencial da sua história, usufrui de um clima temperado, cujas incertezas e riscos são menos numerosos do que em outros lugares.

4.3. Um caso único?

Assim, a Inglaterra, que não é necessário separar do contexto europeu e que reúne todo um conjunto de factores, vê por isto rebentar uma revolução industrial. É quase certo que foi esta combinação de factores que faz saltar a fâsca. Contudo, e na nossa opinião, nunca se saberá se se tratou duma condição necessária ou duma condição suficiente. Por outras palavras, quais as hipóteses de vermos eclodir uma revolução daquela natureza, uma vez reunidos todos aqueles factores? Será com uma probabilidade de um para cinco, para cem? Com uma probabilidade de um em dois ou de um em dois mil? A unicidade do fenómeno não permite responder a uma questão como esta. A única hipótese de um dia se ter uma resposta mais fundamentada virá talvez da exploração espacial. Talvez daqui a um século ou dois, se o progresso da ciência continuar e se a exploração espacial nos revelar a existência de um grande número de outros mundos com uma história semelhante à do nosso planeta... Talvez amanhã, se exploradores muito evoluídos vierem fazer-nos uma visita, permitindo que compartilhem com eles o seu saber «histórico».

4.4. Porque não antes? Porque não noutra lugar?

Tudo somado, à questão de porquê a Inglaterra de 1700, pode corresponder a de: porque não antes e noutra lugar? É uma questão legítima, pois não há nada que exclua de facto que uma parte dos factores explicativos da revolução industrial sejam factores acessórios ou mesmo supérfluos. Entre estes, pode-se facilmente englobar o protestantismo, a forma de governo, a boa rede de transportes, já sem contar com aqueles que não tiveram papel algum na própria Inglaterra, tais como o crescimento demográfico e a expansão colonial. Por outro lado, e o que é ainda mais importante, o conjunto das técnicas utilizadas no início da revolução industrial inglesa era já disponível há quatro-cinco séculos no Ocidente, há seis-sete séculos no mundo muçulmano e há sete-oito séculos na China. E nada nos proíbe de imaginar um cenário no qual a revolução industrial eclodisse na Roma do século II ou na Grécia de 300 anos a. C., pois, mesmo nestes casos, o nível tecnológico e industrial era suficiente para que nenhum obstáculo na realidade intransponível pudesse impedir essa revolução.

Da mesma forma, nada exclui a possibilidade da não existência da revolução industrial inglesa, de uma história do Ocidente que teria conhecido um apogeu por volta dos séculos XVII e XVIII; um apogeu muito semelhante aos que se podem descobrir em outras civilizações.

5. Agricultura, indústria, agricultura: os mecanismos de difusão das primeiras fases da revolução industrial inglesa

Pouco importa que seja fruto de puro acaso ou resultado de um determinismo absoluto das circunstâncias: o que é fundamental para a história humana é que por volta de 1700 a Inglaterra inicia a sua revolução agrícola. Com efeito, a partir dos finais do século XVII ou, pelo menos, a partir dos primeiros anos do século XVIII, um profundo processo de transformação começa a modificar a agricultura inglesa. Numa primeira fase trata-se sobretudo da adopção de métodos de cultura já utilizados nos Países Baixos. Mas, facto de primordial importância, aplicando esses métodos, utilizados em terras muito densamente povoadas e numa economia em situação excepcional, em terras que o são de menos, obteve-se não só um aumento dos rendimentos, mas também da produtividade. Muito rapidamente (a partir das primeiras décadas do século XVIII), inovações locais tomaram o lugar das imitações e permitiram progressos ainda mais consideráveis.

A partir de 1730-40, a Inglaterra tornou-se (de acordo com os termos da época) o celeiro de trigo da Europa, pois era capaz de exportar regularmente 10-12 % da sua produção. E se, nos anos seguintes, a agricultura inglesa deixa de exportar, a Inglaterra apenas se tornará importadora depois de 1846, após a abolição das *corn laws* que, para proteger os interesses dos *landlords*, limitavam de forma drástica as importações de cereais. Portanto, até aos anos de 1840, a agricultura foi capaz de alimentar a população inglesa, apesar do seu grande aumento, e requisitando para tal apenas uma pequena percentagem dos braços que eram necessários no século anterior. Assim, entre 1740 e 1840, a população da Inglaterra (Inglaterra e País de Gales, como em regra é subentendido quando se usa aquele termo) passou de cerca de 6,0 para 15,7 milhões. Os agricultores, que por volta de 1740 representavam cerca de 65-75 % do total dos trabalhadores, em 1840 não representavam mais de 22 %; ou seja, uma proporção que só será atingida nos outros países desenvolvidos em pleno século XX. Isto significa, ainda que pressupondo um ligeiro aumento do consumo de produtos agrícolas por habitante, que a produtividade agrícola aumentou mais de três vezes durante este período (veja-se também o artigo «Agricultura»).

5.1. A repercussão dos progressos agrícolas

Uma tão profunda mutação dum sector da vida económica -que, antes da revolução agrícola, ocupava três quartos da população activa não podia efectuar-se sem arrastar consigo importantes transformações noutros sectores, e muito rapidamente, ou seja, a partir dos anos de 1730-60. Foi em particular através da procura, manifestada por via indirecta, do sector agrícola e do mundo rural em geral que tais alterações se produziram na indústria e nos transportes.

Certamente, em teoria, pode imaginar-se que um crescimento dos recursos pode ter apenas como resultado uma variação paralela do nível do consumo alimentar; pouco importa então que se trate de um

aumento do número de calorias absorvidas ou de uma melhoria do tipo de alimentação utilizada, devida à passagem de uma alimentação à base de calorias baratas -ou directas (cereais, leguminosas, etc.) -para uma outra à base de calorias mais caras-ou elaboradas (carne, lacticínios, etc.). Ou ainda, como sucedeu, pela passagem de uma alimentação com base num cereal secundário (centeio, cevada, etc.) para uma outra baseada no trigo, passagem essa combinada com a do pão escuro para pão de farinha parcialmente peneirada. Todavia, deve referir-se que o aumento puro e simples de calorias atinge, muito rapidamente, o nível máximo constituído pelo limite fisiológico: um consumo médio diário da ordem das 3500 calorias por habitante pode ser fixado como limite superior. Na hipótese de uma passagem progressiva para um consumo de calorias elaboradas, aquele nível máximo seria evidentemente muito elevado (cerca de 9 000 calorias), mas esbarraria então muito rapidamente com uma rigidez de natureza psicológica, pois a escala do: valores dos produtos considera como um grande desperdício um consumo exagerado destes alimentos. Por este facto, e ainda que a passagem para um consumo de calorias elaboradas se tenha certamente produzido neste época, ainda que parcialmente, atingiu-se muito rapidamente um estrangulamento não fisiológico, mas desta vez de natureza psicológica. Em suma, como já deduzira Ernst Engel, um dos percussores da econometria

a elasticidade do consumo alimentar em relação ao rendimento é muito

fraca.

5.2. Onde aparece o algodão

Assim, um crescimento praticamente contínuo da produtividade agrícola leva a que rapidamente se crie uma disponibilidade suplementar de recursos. A escolha da natureza dos bens sobre os quais incidirão aquelas disponibilidades resulta da conjugação de múltiplos factores quer económicos, quer sociais ou políticos. Na Europa, onde as condições climáticas conferem ao vestuário um papel muito importante, e evidente que, na ausência de pressões contrárias, foi para aquela produção que se dirigiu uma percentagem importante daquelas disponibilidades suplementares. A oferta de têxteis tradicionais, pela sua própria natureza estava sujeita a uma certa rigidez (é difícil aumentar muito rapidamente a produção de lã, só possível com o aumento do gado ovino); é natural que a importação de algodão, primeiro sob a forma de tecidos e posteriormente como matéria-prima a ser transformada no local, tenha sido estimulada pela correspondente procura.

Assim, entre 1706-15 e 1756-65, o consumo de algodão bruto em Inglaterra duplica, enquanto a população aumenta apenas 18 %. A procura acrescida de têxteis provoca um outro estrangulamento: as possibilidades de produção propriamente ditas. Sobretudo, a fição. De facto (antes dos progressos que caracterizaram a revolução industrial inglesa eram necessárias em média oito-nove fiandeiras para fornecer fio bastante a um único tecelão. É aqui que tem lugar uma das três-quatro mais importantes inovações técnicas da revolução industrial, ou seja, a mecanização da fição. Após tentativas mais ou menos frutuosas, é finalmente um barbeiro de uma região têxtil, Arkwright, quem primeiro e coi

êxito concebeu ou imitou (a controvérsia neste assunto ainda não terminou) uma máquina operacional, tornando-se assim o primeiro empreendedor numa fiação mecânica que associou os sucessos financeiros aos técnicos. Um barbeiro... não é um lapso; e este exemplo um pouco bizarro, mas não único, acentua uma das características fundamentais dos progressos tecnológicos das primeiras fases da revolução industrial: o papel preponderante dos empiristas (veja-se o artigo «Indústria»). Com Arkwright iniciou-se a fantástica expansão da mecanização da indústria têxtil, actividade que, antes da revolução industrial, representava provavelmente oito décimos do consumo total de produtos manufacturados. Aliás, mesmo depois da revolução industrial, a indústria têxtil permaneceu durante cerca de um século o sector motor do desenvolvimento industrial. Referimo-nos aqui à indústria têxtil, mas sobretudo algodoeira.

De facto, o algodão teve um duplo papel e qualquer deles muito importante. Antes de mais, um papel quantitativo, pois por volta de 1840, em Inglaterra, o sector têxtil ocupava 75 % do trabalho industrial e dentro do sector têxtil o algodão representava 50 %. Cerca de 40⁰/0 das exportações totais eram constituídas por artigos de algodão. Noutros países as percentagens homólogas são muito menores, pois só a Inglaterra exportava tão grandes quantidades de tecido de algodão, graças ao seu avanço técnico e à importância do seu império colonial; todavia, nos outros países europeus o algodão desempenhou igualmente um papel primordial no processo de industrialização de que se tornou praticamente o símbolo e quase o sinónimo. Com efeito, tal como há dez-vinte anos a silhueta dum alto forno representava a imagem concreta da industrialização, durante quase todo o século XIX, a fábrica de fiação de algodão - grande edificio atarracado, com pequenas e inúmeras janelas, para o qual se dirigia ao amanhecer um magote miserável, composto sobretudo de crianças e mulheres - constituía a expressão visual da nova era económica.

O algodão teve ainda um importante papel qualitativo; foi devido à natureza especial das suas fibras, que se adaptam ao trabalho mecânico, que a mecanização da indústria têxtil pôde ser bem sucedida. Quando se têm presentes as dificuldades encontradas na adaptação das máquinas de fiar à lã e ainda mais ao linho (sublinhe-se que no espírito dos seus inventores tais máquinas não se destinavam apenas ao algodão), chega-se rapidamente à conclusão que seria pouco provável que a mecanização do trabalho têxtil se pudesse realizar na ausência de tal fibra que tão bem se adaptava ao trabalho mecânico. É por outro lado pouco provável que, sem o prévio êxito da mecanização da fiação do algodão, se pudesse reunir uma tal quantidade de esforços com vista a criar máquinas destinadas a trabalhar com sucesso as fibras têxteis tradicionais. Se tal não sucedesse, teria havido um entrave ao crescimento que poria em causa, ou pelo menos prejudicaria fortemente, todo o processo de desenvolvimento económico.

Desta forma, ao provocar um aumento da procura de bens de consumo, em particular de produtos têxteis, o desenvolvimento agrícola constituiu um estímulo muito importante para o advento da revolução industrial. Mas, para que tal estímulo fosse realmente frutuoso, era necessário que, previamente, um outro sector conhecesse também grandes transformações: a indústria siderúrgica. De facto, sem a disponibilidade

de ferro a um preço reduzido, todos os progressos técnicos que marcaram a revolução industrial estariam fortemente prejudicados e alguns seriam mesmo impossíveis, pois em termos económicos não seriam rendíveis. Ora, acontece que a agricultura teve também um papel fundamental na criação da siderurgia moderna.

5.3. E onde aparece a indústria do ferro

O consumo total de ferro em Inglaterra cresceu 50 % entre os anos de 1720 e 1760, enquanto neste mesmo período a produção industrial total, a tonelagem da frota e a população cresceram apenas 15, 20 e 15 % respectivamente. Tenha-se presente que aqueles quarenta anos foram um dos raros períodos de paz relativa.

Embora por parte dos sectores da indústria e dos transportes não exista justificação para tão grande aumento da procura de ferro, as modificações surgidas com a difusão da revolução agrícola, pelo contrário, provocaram um aumento significativo da procura de ferro pelo sector agrícola. Com efeito, a maior parte das inovações que caracterizam esta revolução agrícola tiveram um impacto directo no consumo de ferro, quer se tratasse em particular da supressão progressiva do pousio ou do melhoramento dos equipamentos, da introdução de novos utensílios, ou ainda duma maior utilização do cavalo e da prática da ferradura. Tal procura constituiu um poderoso estímulo às investigações com vista a eliminar o estrangulamento em que se encontrava a siderurgia interna, estrangulamento esse provocado pela falta de combustíveis, ou seja, de madeira. Esta falta de combustíveis era tão acentuada que grande aumento da procura de ferro por parte da indústria inglesa ocasionou um aumento das importações. Por volta de 1720, a produção interna de ferro bruto era da ordem das 20-25 mil toneladas, enquanto as importações líquidas do mesmo eram de umas 16 mil toneladas. Em 1760, a produção interna não ultrapassou as 23-27 mil toneladas, enquanto as importações atingiram as 40 mil toneladas.

A escassez de lenha e a relativa abundância de carvão levaram, durante o século XVI, a tentativas para substituir o carvão de lenha pela hulha para a produção de ferro, tanto mais que tal substituição já parcialmente se tinha dado na fabricação do tijolo, na soldadura, na moldagem do cobre e na tinturaria. Desde 1589 que se concediam alvarás para estas actividades (todavia não se tem como certo que fossem destinados à produção de ferro mas mais provavelmente aos trabalhos de ferro: nas oficinas de ferrador). Parece que alguns sucessos - mas muito parciais foram conseguidos por Dudley, por volta de 1620. Outras tentativas, aparentemente menos frutuosas, foram feitas durante todo século XVII, tendo os estudiosos contemporâneos concluído pela não solução do problema. Dado que as solicitações eram cada vez mais fortes, não obstante as dificuldades, as tentativas continuaram. E, em 1709, Abraham Darby obtém um verdadeiro sucesso: esta data assinala início do período da substituição da lenha pela hulha, no começo muito lentamente, caelerando-se tal processo a partir de 1750. O papel fundamental da grande procura de ferro na aplicação prática das inovações, quer na indústria têxtil, quer na siderurgia, deve ser

um crescimento extremamente rápido. Efeitos igualmente importantes se deram no campo da energia. O elevado custo das instalações hidráulicas, a rigidez espacial que elas implicam e sobretudo a sua irregularidade foram outros tantos factores negativos que levaram a pesquisas com vista a encontrar soluções alternativas. A máquina a vapor atraiu naturalmente todas as atenções. Aos primeiros melhoramentos que recebera devido à expansão do sector do carvão juntaram-se outros progressos (tornados necessários pelos preços mais elevados dos combustíveis longe das minas) que, gradualmente, a tornaram uma fonte maleável, de maior mobilidade e com melhores resultados, de que a indústria têxtil se tornou, de longe, a principal utilizadora. Máquina a vapor e ferro em abundância: estava assim aberta a via para o caminho de ferro.

Verificaram-se por outro lado impactos da mecanização do sector têxtil na agricultura. Para os salientar é necessário antes de mais lembrar um aspecto estrutural importante da actividade têxtil antes da revolução industrial: trata-se da proto-industrialização, da estreita interdependência que unia o trabalho têxtil ao trabalho agrícola. Ainda que, desde os finais da Idade Média, existissem centros urbanos bastante importantes em que uma boa parte da população activa se dedicava ao trabalho têxtil, a verdade é que apenas aqui se produzia uma fracção do consumo total europeu, sendo a parte restante produzida pela indústria têxtil rural (veja-se o artigo «Indústria rural» no vol. XVI desta *Enciclopédia*). Ora a mecanização originou o desaparecimento progressivo do trabalho rural, o que se traduziu, em definitivo, na recuperação deste tempo de trabalho quer na agricultura quer na indústria. Neste último sector, os ganhos da produtividade que daí derivaram são evidentes. Mas isto implicou também ganhos de produtividade na agricultura, pois originou um aumento das quantidades de trabalho nas explorações mais ricas ou mais rendíveis e uma diminuição nas explorações menos rendíveis. Estas explorações agrícolas não rendíveis estavam destinadas ao desaparecimento pela perda de recursos devida ao trabalho têxtil rural.

E importa não esquecer o homem. Subsistem ainda muitas dúvidas acerca dos mecanismos e das causas do crescimento da população inglesa durante as primeiras fases da revolução industrial. Todavia, é inegável que, se se considerarem as últimas fases e a longo prazo, ou seja, no século e meio que decorreu entre 1750 e 1900, a revolução industrial é responsável directa e indirectamente pelo crescimento demográfico sem precedentes da Inglaterra, cuja população passou de cerca de 6 milhões para mais de 32 milhões. Um tal alargamento do mercado nacional constituiu provavelmente um factor favorável à expansão económica.

Apercebemo-nos assim do aspecto fundamental das múltiplas interacções que ocorreram entre os diversos sectores, provocando modificações mais ou menos marcadas, e cujo conjunto constitui a revolução industrial. Reparemos também no papel fundamental que têm os bens de equipamento, que são, de certo modo, as correias de transmissão internacional que vêm juntar-se ao efeito duma procura crescente resultante da melhoria do nível médio de vida. Todos os países cujo arranque para a industrialização foi bem sucedido produziram entre 80 e 100 do seu consumo de bens de equipamento.

A estes mecanismos há a juntar ainda outros igualmente importantes, mas que tiveram o seu papel mais relevante quer nas fases anteriores à revolução industrial quer na transmissão internacional desta. Convém, por isso, abordá-los separadamente.

6. Os mecanismos de difusão do desenvolvimento no mundo ocidental

Como explicar esta pulverização de empresas industriais que caracterizou as primeiras fases da revolução industrial do Ocidente? A primeira direcção de pesquisa sobre este assunto, que nos ocorre espontaneamente, é a da origem dos capitais e dos empresários. Ora, a análise das condições existentes na época permite-nos salientar um conjunto

- características específicas que podem explicar, se não tudo, pelo menos muita coisa.

6.1. O baixo custo dos investimentos industriais

Primeira característica: o baixo custo dos investimentos industriais.

- capital total (fixo e circulante) necessário para criar uma unidade activa de trabalho na indústria em Inglaterra representava, por volta de 1800, cerca de 4 a 5 meses de salário médio masculino no período considerado. Por exemplo, para a França, o valor correspondente era da ordem dos 6-8 meses, para o período entre 1800 e 1820. Este baixo custo do capital resultava da extrema simplicidade da técnica (veja-se o citado artigo «Indústria»).

É evidente que uma situação como esta facilitou o aparecimento duma nova classe de empresários, não só em Inglaterra como também no resto do Ocidente. E isto tanto mais que o montante de capital necessário para criar um posto de trabalho na agricultura era largamente superior ao necessário para o criar na indústria nascente. A diferença entre estes dois montantes varia evidentemente com o grau de desenvolvimento quer agrícola quer industrial, mas também em função das disponibilidades das áreas agrícolas, já que a terra constituía neste período a grande parte do capital na agricultura. Em média, esta relação era da ordem de 1 para 8, o que significa que a venda duma empresa agrícola média originava uma quantidade suficiente de capital que permitia a criação de oito postos de trabalho na indústria manufactureira.

Aqui reside uma das explicações para o facto de em muitas regiões

- países, em particular na indústria têxtil, se encontrar uma grande proporção de antigos agricultores entre os empresários das primeiras fases da revolução industrial. Isto não significa de modo algum que apenas os agricultores tivessem desempenhado um papel fundamental para o arranque da nova indústria. E evidente que em numerosos casos os empresários provenientes das classes capitalistas tradicionais do antigo regime (comerciantes e mesmo nobres) tiveram um papel importante em certos sectores (e mais frequentemente na indústria siderúrgica que na têxtil). Contudo, nas primeiras fases, a grande parte dos capitais e sobretudo dos empresários que levaram às mudanças da revolução indus-

trial era de origem modesta e muitas vezes originária do meio agrícola (veja-se o citado artigo «Indústria»).

Este importante papel desempenhado pelos empresários deve-se não só ao baixo custo «unitário» dos investimentos, mas também à inexistência de uma dimensão *mínima e óptima* das empresas. Uma das características importantes da técnica neste período era com efeito a baixa capacidade de produção das máquinas: uma grande empresa não se distinguia duma pequena a não ser pela dimensão, pois o equipamento era praticamente o mesmo, só que repetido em maior escala. Uma tal estrutura, aliada a gastos gerais bastante restritos, permitia aos industriais principiantes com uma muito pequena empresa deter uma posição concorrencial. Por outro lado, isso favorecia uma expansão gradual da capacidade de produção das empresas, sem que se colocassem problemas de dimensão óptima, como sucede hoje em dia. Por último, sublinhemos que a pequena dimensão das empresas e a reduzida capacidade técnica das unidades produtivas permitiam ainda reduzir os investimentos, tornando possível a utilização de barracões e celeiros para a instalação de tais empresas. Aliás, foi nestes celeiros que se iniciou a maior parte dos empresários que, posteriormente, tiveram um lugar importante na história industrial.

6.2. Os lucros

A passagem de uma pequena empresa para uma grande foi também favorecida por uma outra característica: os elevados níveis de lucro. Pode estimar-se que, nas primeiras fases da revolução industrial, a taxa de lucro (em relação ao capital real total), em média, situava-se entre os 15 e 30 %; provavelmente em torno dos 20 %, obviamente com situações pontuais muito divergentes. Os casos de falências não eram raros e muitas foram as empresas que desapareceram. Todavia, taxas de lucro de 50 ou mesmo de 100 % não eram excepcionais.

Ora um reinvestimento total dos lucros, por exemplo de 15 % do capital, permite multiplicá-lo 33 vezes em 25 anos. Isto conduz-nos à questão do autofinanciamento e este é como a prosa de Monsieur Jourdain, o burguês da comédia de Molière, que se maravilha pelo facto de a sua linguagem quotidiana ser prosa. O desenvolvimento dos sistemas de crédito, o desenvolvimento das sociedades por acções e a difusão relativamente ampla destas acções por um vasto público levou à constatação de que o apelo à poupança constituía a principal fonte de investimento. Acontece que, após alguns estudos americanos tendo por objecto em grande parte os Estados Unidos, constatou-se que o autofinanciamento tinha um lugar privilegiado e até mesmo dominante no investimento. Tal facto levou a pensar, sem razão, que o autofinanciamento constituiu um novo desenvolvimento, e até, aos olhos de alguns, uma invenção americana posterior. Mas se o autofinanciamento é ainda largamente praticado, embora exista actualmente um sistema bancário desenvolvido e uma opinião pública mais favorável do que inicialmente em relação às acções e obrigações, é evidente que, na ausência de semelhantes possibilidades, o autofinanciamento ocupava certamente um espaço ainda mais amplo, mesmo que o termo não existisse. Com

efeito, no início da revolução industrial o autofinanciamento era a forma dominante e quase exclusiva de financiamento das empresas.

6.3. Os custos humanos

Antes de deixar a questão dos lucros, importa não deixar de referir o reverso da medalha: as condições deploráveis de trabalho e dos salários que, aliadas à inovação tecnológica, explicam em grande medida aqueles lucros. Com efeito, é importante não esquecer aquilo a que chamámos no artigo «Indústria» «os custos humanos das duas primeiras fases da industrialização» (fases que cobrem o período de 1740-60 - 1880-1900). O custo social da revolução industrial foi muito elevado, o reverso da medalha bastante negativo. Da exploração das crianças, e não esquecendo também a das mulheres (cujo salário não era superior a um terço do dos homens), ao sofrimento da classe trabalhadora em geral, dos sombrios períodos do desemprego às multas custosas e vexatórias, das greves de desespero aos *lock-out* impiedosos, das grandes aglomerações de fábricas aos casebres ou pardieiros que eram frequentemente o alojamento dos operários, há uma lista sem fim de misérias. Os milhares de toneladas de aço, os biliões de metros de tecidos de algodão representavam uma infinidade de sofrimentos.

Esta miséria da classe operária que, não o esqueçamos, representava entre 40 e 60 % da população total, contribuiu para o desenvolvimento por outras vias que não os elevados lucros e a utilização do trabalho infantil. A ausência de protecções sociais permitiu a baixa de salários, o que possibilitou a sobrevivência de algumas empresas às crises. Por outro lado, facilitou a mobilidade intersectorial; em resumo, assegurou a fluidez do novo sistema económico que então surgia.

6.4. A simplicidade da técnica, factor na origem da difusão do desenvolvimento

Referimo-nos já ao carácter empírico das inovações que acompanharam e favoreceram as primeiras fases do desenvolvimento inglês. Está-se assim a querer mostrar que durante estas fases a ciência teve muito pouca influência sobre as técnicas industriais e agrícolas. Estas características tornaram a técnica extremamente simples, o que facilitou enormemente a difusão regional e sobretudo internacional das novas tecnologias. A informação era suficiente para permitir a imitação. Pode mesmo dizer-se que uma semelhante combinação, embora atenuada, prevaleceu até aos finais do século XIX. A electricidade e o motor de explosão constituem, de certo modo, os marcos que assinalam a passagem a uma tecnologia na qual os laços de causalidade se esbatem fortemente (veja-se ainda o artigo «Indústria»).

DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

6.5. Da protecção natural ao proteccionismo aduaneiro

A protecção natural está no elevado custo dos transportes que caracteriza a economia antes de a máquina a vapor vir modificar a situação. Nos primeiros anos do século XIX, transportar carvão por terrestre por cerca de trinta quilómetros ou por via fluvial (desceu um rio) por trezentos quilómetros comportava a duplicação do preço. Evidentemente que este exemplo está perto da situação limite. Contudo e em regra, os custos de transporte em trajectos internacionais representavam entre 30 e 80 % do preço dum produto manufacturado ou semimanufacturado em metal e entre 5 a 30 % do preço dum produto têxtil.

Ao favorecer assim, pelo menos durante uma certa fase, um efectivo isolamento dos mercados, os elevados custos de transporte permitiram o aparecimento (regional e internacional) de pequenas empresas, industriais espalhadas por todo o país, numa altura em que as possibilidades técnicas e o sistema financeiro não facilitavam uma concentração industrial. Com isto foi possível canalizar um maior montante de poupanças para os investimentos industriais ou até mesmo favorecer provavelmente tais poupanças. Tal facto permitiu, por outro lado, uma maior difusão dos conhecimentos técnicos e estimulou ainda a procura de matérias-primas, em particular de carvão e de minério de ferro.

A introdução da máquina a vapor na economia dos transportes subverteu fortemente a situação a partir dos anos de 1850-60. Quando na mesma altura (no início de 1860), a Europa Continental, influenciada pelos seus próprios economistas e pelos da potência ora dominante, adoptou políticas mais liberais em matéria comercial. Foi um ver de facto insucesso e, a partir dos finais de 1870, iniciou-se o regresso ao proteccionismo. O proteccionismo que a Inglaterra só abandonou em 1890 ou seja, um século depois do início da sua industrialização; e que os Estados Unidos - nova potência dominante - só abandonaram por volta de 1946, embora o proteccionismo neste país tivesse assumido uma forma mais rígida de entre as dos países desenvolvidos (veja-se artigo «Comércio»).

Quais foram as causas reais do insucesso da experiência liberal da Europa Continental, quais foram os verdadeiros motivos da reintrodução de medidas proteccionistas e quais as verdadeiras causas do êxito dos países que adoptaram o proteccionismo? Importa pôr destaque a seguinte questão: não houve nenhum país que conseguiu um certo desenvolvimento que não tivesse passado por uma fase proteccionista de pelo menos meio século e até mesmo um século. É claro que desta observação não decorre a conclusão de que o proteccionismo seja um elemento suficiente para se chegar ao desenvolvimento. Para os proteccionistas houve que não chegaram a descolar. Factor suficiente? Certamente que não, mas muito provavelmente um elemento necessário.

7. Do entusiasmo pelo desenvolvimento à crise do desenvolvimento

O modelo dos ciclos tradicionais, dos ciclos económicos - segunda qual a uma fase positiva sucede uma fase negativa -, permaneceu dura

muito tempo na mente dos observadores do desenvolvimento das sociedades ocidentais. E tanto mais que, exactamente no momento em que os efeitos da industrialização começaram a modificar de forma profunda, e pela primeira vez, a natureza do consumo dos países desenvolvidos (veja-se o citado artigo «Indústria»), se deu a grande depressão dos anos de 1930. Depressão que durou até ao final da Segunda Guerra Mundial em muitos países (mas não em todos) e que causou uma quebra do nível de vida de largos estratos da população. Nasceram nesta época as teorias «do estado estacionário», que consideravam que os limites do desenvolvimento tinham sido atingidos. Teorias que, de algum modo, consideravam que o mundo desenvolvido regressara, embora a um nível superior, à quase imobilidade que tinha sido seu apanágio durante os séculos anteriores à revolução industrial. De certo modo uma das mais horrendas consequências da grande depressão, o fascismo, comportava a rejeição de várias alterações estruturais tornadas necessárias pelo desenvolvimento, em especial o desaparecimento da classe média.

7.1. A aceleração do desenvolvimento

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em que as perdas humanas e económicas tinham atingido um nível sem precedentes, o ritmo de reconstrução foi muito rápido. A conjugação de factores, entre os quais importa salientar o Plano Marshall, a reorganização dos sistemas monetários e das relações internacionais, o baixo custo das reparações e um melhor conhecimento dos mecanismos económicos explicam aquela rapidez. Na Europa Ocidental, em 1949, ou seja quatro anos depois da guerra, o volume global do produto nacional ultrapassou o de 1939, enquanto, a seguir à Primeira Guerra Mundial, foram necessários seis anos para que a retoma ocorresse. E aliás o espectro da crise de readaptação de 1921 que é directamente responsável pelas medidas tomadas no Ocidente no sentido de facilitar a reconstrução. Por outro lado, nas «generosidades» dos Estados Unidos -que durante anos consagraram 2 % do seu produto nacional ao Plano Marshall - estava presente o receio de uma expansão mais vasta do sistema comunista.

Os acordos entre os Aliados tinham feito passar para a esfera de influência da Rússia soviética não só as partes antigas do império czarista tomadas independentes após a Primeira Guerra Mundial (Polónia, estados bálticos), mas também o conjunto das Balcãs (à excepção da Grécia), assim como a Hungria, a Checoslováquia e uma parte da Alemanha. Em resumo, aos cerca de 156 milhões de habitantes que em 1946 faziam parte dos territórios da URSS nas suas fronteiras de 1939, juntaram-se ao domínio do socialismo cerca de 117 milhões (dos quais 16 milhões no interior das novas fronteiras da URSS). Assim a Europa do Leste, ou seja metade da Europa (em sentido lato), e portanto um terço do mundo desenvolvido, teve um regime económico que não só era muito diferente do capitalismo, mas que, sobretudo, reduzia ao mínimo as suas relações económicas e comerciais com o mundo capitalista. Ora, neste mundo socialista, a reconstrução foi de igual modo muito rápida.

Ultrapassada a fase de reconstrução, o crescimento continuou a um ritmo elevado tanto no Leste como no Ocidente. Importa referir, por outro lado, que entre 1946 e 1974-75 não se verificou no Ocidente nenhuma das crises económicas que caracterizaram o desenvolvimento até então. É claro que o crescimento não foi inteiramente uniforme, mas os abrandamentos da actividade nunca conduziram a diminuições sensíveis dos níveis de produção, e raramente aqueles afrouxamentos ocorreram em simultâneo num grande número de países. As recessões (termo que substituiu o de crises) mais graves foram as de 1958 e de 1965 em que, por exemplo na Europa Ocidental, o volume do produto nacional aumentou apenas 2,4 % e 1,7 % respectivamente (comparado com os 5 % de 1950 a 1957 e os 5,5 % de 1959 a 1964). Em termos globais, de 1950 a 1973, o volume do produto nacional da Europa Ocidental aumentou cerca de três vezes, e o produto por habitante cerca de duas vezes e meia (ou seja a uma taxa anual de 4 %). E se o crescimento foi mais fraco na América do Norte, em compensação ele foi mais acentuado no Japão.

No Leste, onde por princípio a planificação total eliminou os ciclos (ou, em todo o caso, os eliminou até muito recentemente), o crescimento foi mesmo ainda mais rápido. É claro que não foi tão rápido quanto o proclamavam os números oficiais. Por exemplo, de 1950 a 1973 o produto material da URSS seria multiplicado por 6,3 e o produto por habitante por 4,6 (a uma taxa anual de 6,9 %). Se se considerarem as distorções de certos dados e as diferenças de conceitos, a taxa de crescimento anual do produto por habitante situa-se à volta dos 5 % ao ano, o que não obstante permanece ainda um ritmo extremamente elevado. Outra restrição que não se deve desprezar é o facto de o crescimento do nível de vida da população ser sensivelmente mais reduzido que o valor acima referido, já que se assiste a um crescimento muito mais rápido da produção de bens de equipamento do que de bens de consumo.

Capitalismo ou socialismo: em ambos os casos o crescimento foi bastante rápido. Entre 1946 e 1973, neste conjunto desarmónico que é o mundo desenvolvido, o volume de produção multiplicou-se por 4 e o do produto por habitante por 2,9; ou seja tanto como durante o período 1850-60- 1946 e bastante mais que durante os 9 000-10000 anos que separaram a revolução neolítica dos meados do século XIX.

Sem falar do atraso da Rússia czarista de 1913, importa não esquecer que a URSS de 1950, isto é, um país que tinha curado as chagas terríveis da guerra, era ainda um país pouco desenvolvido comparado com a média da Europa Ocidental. O mesmo sucedia para a maior parte dos países da Europa do Leste. Todavia, o rápido crescimento no mundo desenvolvido socialista não conduziu a alterações estruturais tão profundas como as que marcaram o mundo desenvolvido ocidental, o que analisaremos a seguir.

7.2. As modificações das estruturas socioeconómicas do Ocidente

Melhor que longas frases descritivas, os dados apresentados no quadro 2 permitem avaliar a amplitude das alterações ocorridas no mundo desenvolvido durante esta fase de crescimento económico sem precedentes na história. Na Europa Ocidental entre 1950 e 1973 a mortali-

I

dade *Infantil* foi dividida por 2,8, o consumo de energia multiplicado por 2,3 a proporção de agricultores dividida por 2,5. O número de automóveis em circulação por habitante foi multiplicado por 10,4. É um facto que neste domínio, como de resto no do consumo de outros artigos manufacturados mais elaborados, os Estados Unidos tinham atingido já em 1929 os níveis que a Europa só alcançaria por volta de 1970. O mesmo aconteceu no que respeita à difusão do ensino secundário e universitário (ef. quadro 2).

Embora o rápido aumento do nível médio de vida não se traduza necessariamente e em toda a parte por um progresso uniforme em todas as classes sociais, o facto é que se verificou um aumento sem precedentes no nível de vida de todas as classes sociais. Mesmo em países onde a distribuição dos rendimentos se tornou mais desigual, a subida dos salários reais foi muito mais rápida do que em qualquer outro período. Embora a duração semanal do trabalho não tenha diminuído muito (1 a 3 horas segundo os países), o período de férias tornou-se uma realidade uma vez que toda a vida económica e social é perturbada várias vezes durante um ano. Outra modificação mais lenta, mas de igual modo fundamental, é a diminuição da importância relativa do número

Quadro 2.

Alguns indicadores do desenvolvimento económico e social dos Estados Unidos e da Europa Ocidental (excluindo Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Polónia, Roménia, Hungria e URSS) (1929-80).

Fontes: cf. quadro 1.

População total (em milhões)	122	152	211	226
Estados Unidos				
Europa Ocidental	260	302	361	372
Produto nacional bruto por habitante b	1770	2420	4030	4350
Estados Unidos				
Europa Ocidental	800	930	2360	2700
Mortalidade infantil	68	29	18	12
Europa Ocidental	94	53	20	13
Percentagem de agricultores	22	13	4	3
Europa Ocidental	34	30	12	10
Estudantes universitários por 1000 habitantes	9	16	31	33
Estados Unidos				
Europa Ocidental	2	3	9	13
Consumo de energia por habitante	6600	7300	11800	11600
Europa Ocidental	2300	1900	4200	4200
Automóveis de turismo por 1000 habitantes	190	267	483	550
Estados Unidos				
Europa Ocidental	11	21	219	285

a Dados provisórios.

b Em dólares e a preços dos EUA de 1960. c Expresso em kg e equivalente de carvão.

de operários a favor dos empregados e dos quadros. Em numerosos países desenvolvidos o operário (o colarinho azul) não representa mais do que um terço da população activa (veja-se ainda o artigo «Indústria»).

Uma outra característica deste período foi o encurtamento dos desníveis de desenvolvimento não só no seio do mundo desenvolvido ocidental, mas do mundo desenvolvido *tout court*. Em regra, os países menos desenvolvidos conheceram um crescimento mais rápido. Por volta de 1950, os três países mais ricos do mundo desenvolvido tinham em média um produto nacional por habitante 5,4 vezes superior ao dos três países mais pobres. Por volta de 1973, este desnível diminuía para 3,6.

7.3. Dos *hippies* aos jovens desempregados

A rapidez com que se efectuaram todas estas modificações, e sobretudo a sua consumação, repercutiu-se muito naturalmente no comportamento das populações. Não interessa no âmbito deste artigo a descrição de tais factos, embora seja de realçar o seu aspecto mais importante, o desafecto nas relações com o próprio desenvolvimento. Desafecto facilitado pelo reverso do desenvolvimento e sobretudo pelo da industrialização: poluição, concentração urbana, etc. (vejam-se os artigos «Indústria» e «Cidade/campo»). Desafecto talvez favorecido pelo pleno emprego, pela enorme redução do desemprego que tocou a maior parte dos países ocidentais (cf. quadro 3). Dos *hippies* americanos da primeira metade dos anos 60 aos ecologistas europeus do final da mesma década, passando pelos economistas que preconizam o crescimento zero, há toda uma série de indícios dum estado de espírito que recusa, se não o desenvolvimento, pelo menos o entusiasmo em relação a ele e, sobretudo, aos seus custos externos.

Em 1973, apenas um ano depois da publicação do famoso relatório do Clube de Roma *The Limits to Growth*, um factor exógeno começaria a bloquear o processo de desenvolvimento: a quadruplicação do preço do petróleo bruto. A segunda alta numa série (a primeira de 50 % em 1971) que, no espaço duma década, conduziria a uma multiplicação por seis do preço real desta fonte de energia, cujo baixo preço e facilidade de manutenção a tornara o substituto do carvão.

Ainda que o primeiro aumento do preço do petróleo não tivesse precedido mas seguido o início duma fase de semi-inflação, tal subida precipitou o fenómeno inflacionário. De qualquer modo, muito provavelmente esta alteração dos preços não é alheia à ruptura observada a partir de 1974 no ritmo de desenvolvimento. Na verdade, a recessão de 1974-75 foi a mais acentuada depois da de 1930; isto não significa que se assemelhe, nem de longe, àquela. Duas séries de valores são suficientes para mostrar a diferença. Em 1933, a queda do volume do produto bruto do mundo desenvolvido (excluindo a URSS) foi da ordem dos 28 % em relação a 1929; em 1974, o volume total do produto bruto do mundo desenvolvido ocidental aumentou 0,2 % e em 1975 diminuiu 1 %. Por volta de 1933, o desemprego abrangia provavelmente e em média 20-25 % dos activos. Em 1975, a média foi da ordem dos 5-6 %. Mas contrariamente a todas as recessões, a retoma permaneceu mode-

rada. Não tanto em termos de crescimento económico quanto em termos de pleno emprego. De 1976 a 1980, o volume do PNB por habitante dos países ocidentais progrediu ainda em média 2,4 % ao ano (comparado com os 3,6 % de 1950 a 1973). Todavia, apesar deste crescimento, o desemprego continuou a crescer rapidamente (Cf. quadro 3). Se se considerar a taxa de desemprego do conjunto dos países desenvolvidos, verificamos que passou de 2,9 % em 1968-72 para 5,3 % em 1976-78 e para 5,5 em 1979-80. E, circunstância agravante, uma grande percentagem destes desempregados são jovens que ingressam na vida activa pelo serviço de desemprego. Assim, em menos de uma década, passa-se do desprezo pelo trabalho à falta de trabalho. Falta de emprego que não é certamente facto sem precedentes, pelo contrário, mas que não se manifestava com tal gravidade há cerca de 25 anos, ou seja, há quase uma geração.

A incerteza que reina no que respeita à evolução futura do preço do petróleo, adicionando-se às inúmeras incertezas que envolvem toda a perspectiva económica, torna aleatório um diagnóstico sobre o verdadeiro significado da evolução económica dos últimos 5-6 anos. Início de uma fase de crescimento mais lento? Ou simplesmente acidente de percurso do desenvolvimento acelerado? O aspecto mais singular da evolução económica dos últimos anos é o inflectir da curva de crescimento que atingiu o mundo socialista. Para nos limitarmos apenas à URSS e com base em números oficiais, vimos que, de 1950 a 1973, o volume do produto material por habitante cresceu em média 6,9 % ao ano (segundo os dados oficiais). De 1975 a 1980 aquele crescimento foi de 2,5%. Na realidade, a diferença é provavelmente mais reduzida, pois

Quadro 3.

Taxa de desemprego total em alguns países desenvolvidos, 1925-80 (em percentagem da população activa total. A escolha dos países, à excepção da Itália, foi estabelecida em função da disponibilidade de estatísticas históricas sobre o assunto. Em alguns casos as modificações dos sistemas de estimação tomaram as séries estatisticamente não homogéneas, embora estas rupturas sejam irrelevantes. Uma outra distorção deve-se à modificação das estruturas das actividades. Por outro lado, as séries por país não são necessária e rigorosamente comparáveis entre si).

Fontes: *Long Term Economic Growth 1860-1970*, United States Department of Commerce, Washington D.C. 1973, pp. 212-13; B. R. Mitchell, *European Historical Statistics, 1750-1970*, Macmillan, London 1975, pp. 166-71; «Annuaire Statistique., Nações Unidas, Genève (diversos

fascículos); .Annuaire des statistiques du travail., BIT, Genève (diversos fascículos); .Bulletin Mensuel de Statistique., XXXV (1981), 3, pp. 17-20.

	Alemanha ^a	Bélgica	Estados Unidos	Itália	Japão	Keno Unido	Suécia
1925-29	11,0	2,1	3,1	11,3	11,4
1930-33	23,8	16,0	16,3	...	6,1	20,0	19,0
1934-38	8,3	19,1	18,5	...	4,1	14,6	14,1
1948-52	8,0	7,6	4,3	8,8	1,0	1,5	2,4
1958-62	1,7	4,9	6,0	4,6	1,2	1,9	1,7
1968-72	1,0	3,5	4,7	3,4	1,2	3,0	1,8
1974-75	3,7	5,4	7,1	3,1	1,7	3,4	1,8
1976-78	4,5	9,6	6,9	7,0	2,1	6,1	1,7
1979-80	3,8	11,4	6,5	7,6	2,0	6,6	2,0

^a A partir de 1948-52, República Federal da Alemanha.

a A partir de 1948-52, República Federal da Alemanha.

as estatísticas soviéticas tornaram-se mais sóbrias. Todavia, este facto não é suficiente para que se ponha em dúvida o afrouxamento sensível do crescimento, visto que, por exemplo, a URSS exporta petróleo.

Vistas do lado do Terceiro Mundo, todas estas questões parecem bem fúteis. Sem se querer com isto ignorar a difícil condição económica e social própria do desempregado (na minha juventude, fui-o durante numerosos meses), é todavia importante realçar que o subsídio de desemprego dum solteiro desempregado num dos países ricos, tais como a Alemanha, a França ou os Estados Unidos, corresponde em termos de poder de compra a qualquer coisa como cerca de três-cinco meses de salário dum operário não qualificado dos países do Terceiro Mundo.

8. Porque é que o Terceiro Mundo não iniciou o desenvolvimento no século XIX?

No início do século XX, a Inglaterra não era senão um país desenvolvido entre tantos outros. Deixara até de ser a principal potência económica do mundo: os Estados Unidos tinham-na ultrapassado por volta de 1880. Praticamente todos os países europeus se tinham empenhado, antes ou depois, no processo de desenvolvimento. Além dos países europeus e dos Estados Unidos, é necessário acrescentar à lista dos países em desenvolvimento o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão e de certo modo a Argentina, o Chile e o Uruguai. Todos estes países não eram decerto industrializados, como o sugere ^{aliás} a lista referida. Todavia é importante insistir no facto de que, se a industrialização implica, *ipso facto*, o desenvolvimento, ela não é uma condição necessária ao desenvolvimento.

8.1. Uma ausência de industrialização não acarreta necessariamente uma ausência de desenvolvimento

Se nos reportarmos ao início do século XX e tomarmos em consideração um certo número de listas de países classificados com base em critérios que implicam directamente níveis de desenvolvimento, em todos os casos -quer se trate do nível do produto bruto por habitante, da taxa de mortalidade infantil, da taxa de urbanização, do nível de consumo, etc. -, entre os 12-18 países mais avançados encontraremos cerca de metade de países não industrializados. Assim, por volta de 1910, entre os 15 países com um produto nacional por habitante mais elevado, encontramos 7 países agrícolas não industrializados (por ordem decrescente: Austrália, Canadá, Dinamarca, Nova Zelândia, Países Baixos, Noruega, Argentina). E os dois primeiros destes países ricos não industrializados figuram entre os 3-5 países mais ricos do mundo. Por certo que todos estes países agrícolas desenvolvidos não eram inteiramente desprovidos de indústrias; mas estas contribuían em muito pouco para a sua riqueza. No Canadá, por exemplo, certamente o mais industrializado daqueles países agrícolas desenvolvidos, a agricultura e a pecuária forneciam em 1911 um total de rendimento superior em 93% ao da indústria manufacturera, e apesar de o sector de transformação de pra

duto agrícola nela deter uma parte não descurável. Mas a ausência de indústrias importantes ou esta ausência total de indústrias (como é o caso da Nova Zelândia) não impediu estes países de serem muito desenvolvidos: não somente rendimentos médios muito elevados, mas também altos níveis de educação e de saúde, consumo elevado de produtos alimentares e de bens manufacturados (importados), etc. Tudo isto foi possível pelo elevado nível de produtividade conseguido na agricultura, graças à aplicação de técnicas resultantes da revolução industrial inglesa. Agricultura que, em todos estes países desenvolvidos não industrializados, embora no conjunto não representasse mais de 40-50% do total dos activos, era capaz de exportar importantes quantidades de produtos agrícolas para o resto do mundo, ao mesmo tempo que fornecia alimentos mais abundantes e variados aos seus habitantes.

Na lista dos países desenvolvidos assim estabelecida, figura um único país de povoamento não europeu: o Japão. E ainda três países que hoje são considerados geralmente como pertencendo ao Terceiro Mundo. Consideremos rapidamente este último caso para assinalar que o desenvolvimento não é necessariamente uma via de sentido único. Estes países da América Latina, por razões que são demasiado extensas para se exporem aqui (e aliás pouco semelhantes entre si), conheceram desde o início dos anos de 1920 uma evolução pouco positiva, registando um progresso muito modesto do seu rendimento médio, enquanto o de outros países desenvolvidos se multiplicou por cinco vezes entre 1920 e 1980.

Assim, por um lado, quase todos os países europeus ou de povoamento europeu tiveram êxito ao atrelar-se ao comboio do desenvolvimento durante o século XIX; enquanto, por outro lado, à excepção de um, nem todos seguiram a via apontada pela Inglaterra. Na verdade, dever-se-ia dizer «Não puderam segui-la», pois é incontestável que, desde a segunda metade do século XIX, não só não existiu qualquer recusa do desenvolvimento do tipo ocidental, mas pelo contrário unanimidade em desejá-lo; unanimidade por parte de todas as elites não europeias que detinham alguns poderes. Portanto, como explicar esta ausência de início do desenvolvimento?

8.2. Uma revolução agrícola que não transpôs as fronteiras do mundo ocidental

Começemos pelo que, em definitivo, é mais importante: a agricultura. Porque é que o conjunto de técnicas que caracterizaram a revolução agrícola inglesa não se transmitiu ao Terceiro Mundo? Antes de mais, no que respeita à maioria dos países do Terceiro Mundo, não existiam obstáculos intransponíveis devidos a grandes diferenças tecnológicas. Com efeito, para que uma transmissão de técnica se possa efectuar rápida e sobretudo espontaneamente, é necessário que o desnível entre a sociedade iniciadora e a sociedade imitadora não seja demasiado importante; uma transferência de técnicas nucleares para uma sociedade pré-neolítica é uma impossibilidade. Ora, nos casos que aqui nos interessam, tais problemas não se punham, pois apenas cerca de um quinto das sociedades do Terceiro Mundo detinha técnicas agrícolas demasiado primitivas (ou ausência de agricultura). A diversidade dos níveis tecnoló-

gicos não constituiu, pois, um obstáculo à transmissão da revolução agrícola.

As explicações foram outras. E, muito brevemente, recordemos o que se disse a este propósito no artigo «Agricultura» desta mesma *Enciclopédia*. Uma primeira explicação encontra-se no próprio ritmo desta transmissão. Normalmente, o Terceiro Mundo teria sido atingido apenas no final do século XIX, ou seja, quando a quase totalidade do Terceiro Mundo estava já colonizada e quando as próprias técnicas já estavam desenvolvidas. Mas, para além destes elementos (aos quais voltaremos), importa referir que não é por simples acaso que o mapa do desenvolvimento se sobrepõe quase perfeitamente ao das regiões temperadas. Uma vez que a revolução agrícola inglesa se realizou em tal região, o conjunto das técnicas, dos tipos de cultura, dos utensílios, das sementes, etc., que naquele contexto foram aperfeiçoados, não podia ser aplicado noutros climas sem que houvesse lugar a profundas e fundamentais adaptações. Por outro lado, acontece que a densidade populacional em muitas das regiões do futuro Terceiro Mundo era muito mais elevada que na Europa. A famosa revolução verde dos finais da década de 1950 não é no fundo senão uma tentativa de adaptação da revolução agrícola ocidental às condições específicas do Terceiro Mundo.

8.3. A colonização e a desindustrialização do Terceiro Mundo

De acordo com o que, em definitivo, se qualificou de «pacto colonial», ou seja, o conjunto de normas que regulavam as relações entre as colónias e as metrópoles antes do século XIX, a produção industrial era vedada ou muito limitada nas colónias. As políticas comerciais coloniais, na maior parte dos casos, ignoraram esta restrição, pois deixava de ser necessária. Os progressos realizados pela tecnologia ocidental eram tão relevantes que era suficiente permitir a entrada sem limitações dos produtos europeus para que a indústria local não resistisse perante as importações. Recordemos (veja-se o artigo «Indústria» tantas vezes citado) que um fiandeiro inglês dos anos de 1830 produzia, graças às suas máquinas, duzentas-trezentas vezes mais fio que um artesão indiano. Vimos, por exemplo, que na Índia (veja-se ainda o artigo «Colónias») a partir de 1813 a East India Company perdeu o monopólio do comércio e, em consequência, o mercado indiano abriu-se aos tecidos de algodão ingleses, passando aquele país, de tradicional exportador de produtos têxteis, para uma situação em que as suas importações desses produtos cresciam a um ritmo vertiginoso: 0,8 milhões de jardas em 1814, 13 milhões em 1819-21; 995 milhões em 1869-71, 2050 milhões por volta de 1890.

Em tais condições, é de admirar o rápido desaparecimento da indústria têxtil indiana? A incerteza neste domínio existe apenas ao nível do debate dos especialistas que se interrogam sobre se por volta de 1870 teria desaparecido por completo a indústria local ou sobreviveriam ainda alguns artesãos em regiões isoladas. E, em caso afirmativo, produziriam 5 ou 10 % das necessidades nacionais? A incerteza é ainda mais débil para outros sectores importantes, como a siderurgia. Por volta de 1890,

restaria uma capacidade de produção que fornecesse 1 ou 5 % do consumo local?

A evolução é muito semelhante noutras regiões da Ásia, salvo no caso da China onde a indústria local resistiu melhor, seja porque a avalanche se iniciou mais tarde, seja porque gozava de uma certa autonomia, seja pela enorme extensão do país. Resistir melhor não significa de qualquer modo a ausência de um recuo do sector industrial, a ausência dum processo de desindustrialização. No caso chinês a discussão dos especialistas situa-se à volta de 60 %. Por exemplo, cerca de 1890, a indústria têxtil local cobriria 50 ou 70 % das necessidades? O processo de desindustrialização é também muito nítido na América Latina onde a independência, no início do século XIX, tinha permitido um desenvolvimento dos sectores manufactureiros em muitos países. Desenvolvimento efêmero, já que sucumbiu sob a avalanche de produtos britânicos, permitida por uma independência obtida por metrópoles com técnicas menos evoluídas.

Assim, por razões de natureza diversa mas que se conjugam, é bastante fácil compreender porque é que o Terceiro Mundo não imitou o Ocidente durante o século XIX. Mas por outro lado o caso japonês constitui um problema, figura como um paradoxo. Trata-se porém de uma falsa questão, de um pseudoparadoxo, em suma, de uma excepção.

8.4. O Japão, ou a excepção que confirma a regra

Em 1867, ocorreu no Japão a revolução Meiji. Revolução de múltiplas facetas: revolução de palácio, revolução nacionalista, etc., mas também revolução económica. Um dos objectivos do novo regime foi o de promover uma modernização da economia japonesa, de acelerar o desenvolvimento. O Japão foi bem sucedido. Mas não foi o único país a ter querido esta modernização; definitivamente, que diferença existia por volta de 1870 entre o Japão por um lado e a Índia, a China ou a Indonésia por outro, para tomar exemplos apenas referentes à Ásia? Essas diferenças residiam essencialmente nas duas características seguintes e nos seus efeitos induzidos: por um lado, o Japão situa-se numa zona climática temperada e, por outro, foi o único grande país da Ásia que permaneceu praticamente independente de qualquer importante dominação colonial, directa ou indirecta.

O facto de o Japão estar situado numa zona temperada não teve senão uma influência positiva limitada, pois a agricultura japonesa era suficientemente diferente da da Europa, sobretudo quanto ao tipo dominante de cultura, para que desse lugar a importantes transferências directas e espontâneas das inovações resultantes da revolução agrícola europeia. Contudo, o clima teve provavelmente um importante papel, não tendo constituído, como na maior parte dos outros territórios do Terceiro Mundo, um factor desfavorável à fertilidade dos solos, aos seus melhoramentos e um obstáculo à intensificação da actividade humana. Por volta de 1870, o Japão não era o único país não submetido a uma dominação colonial; naquela época, quase toda a América Latina e em particular uma grande parte da África encontrava-se numa situação análoga. Mas o que constitui excepção no Japão é o facto de se tratar,

na altura, do único país tecnicamente avançado e politicamente estruturado que não estava sujeito a um regime colonial e que, mais do que isso, não fazia parte da rede de trocas internacionais provocadas pela revolução industrial. Até 1853 o Japão permaneceu totalmente alheio à expansão das trocas comerciais entre o Ocidente e a Ásia.

Recordemos, aliás, que a famosa expedição de 1853 dos Estados Unidos, tardiamente entrados no colonialismo, foi em grande parte motivada pela vontade deste país em abrir o mercado japonês ao comércio internacional e sobretudo às importações americanas. Esta tentativa, parcialmente conseguida, foi a causa directa da tomada de consciência do problema do desenvolvimento económico; a análise da superioridade militar do Ocidente permitiu realçar o papel da revolução económica e técnica pela qual tinham passado os «agressores». Tal tomada de consciência constituiu directamente a base da revolução Meiji e da sua orientação económica.

Vimos que a natureza do clima e sobretudo o isolamento do Japão estão claramente na base das diferenças na evolução económica verificada nos finais do século XIX entre aquele país e os restantes países da Ásia. A excepção que confirma a regra não é senão um caso muito particular.

Todavia, esta resposta faz imediatamente surgir um outro problema: por que razão o Japão pôde resistir tanto tempo à pressão dos Ocidentais, enquanto os seus vizinhos do continente asiático, mais poderosos e igualmente pouco interessados na submissão aos «bárbaros», tinham há muito sucumbido? 2 claro que podemos explicar esta diferença por um conjunto de factores sociais, políticos e culturais próprios da civilização japonesa. Se tais factores podem certamente ter lugar na resposta, trata-se todavia de um lugar muito limitado, dada a diversidade extrema das sociedades que cederam ao domínio ocidental. Parece poder-se explicar mais simplesmente o sucesso da resistência japonesa pela pressão mais débil suportada por este país.

De facto, a pressão colonial ou comercial europeia sobre o Japão foi mais fraca que a exercida sobre o resto da Ásia, em virtude dos três factores seguintes. Antes de mais, o Japão é, entre os grandes países da Ásia, o mais afastado da Europa; e não é por acaso que foram os Estados Unidos, para os quais o Japão é um dos mais próximos países da Ásia, que tiveram um papel mais relevante na abertura do mercado japonês. Mas para que isto fosse possível foi necessário que os Estados Unidos se desenvolvessem e sobretudo que a costa ocidental evoluísse e atingisse uma densidade capaz de justificar um esforço de expansão marítima. O segundo factor relaciona-se com o clima temperado do Japão. Neste país existiam muito poucos produtos tropicais que a Europa podia, aliás, procurar em territórios situados muito, mas muito, mais próximos. O terceiro e último factor reside no relativo atraso das técnicas japonesas durante os séculos XVI-XIX, atraso sobretudo em relação à China e à Índia. Os produtos manufacturados de luxo que a Europa procurava também na Ásia não existiam particularmente no Japão (evidentemente que desde então a situação se alterou) e, uma vez mais, era possível adquiri-los mais perto.

De resto, pode perguntar-se se o Japão não passou *in extremis* por esta porta que conduz ao desenvolvimento, antes que esta se fechasse para não mais se abrir senão mediante dificuldades crescentes. Para precisar este pensamento, seremos obrigados a antecipar um pouco os desenvolvimentos que serão apresentados nos parágrafos seguintes.

O início do arranque japonês situa-se num momento que constitui uma charneira na evolução da técnica e sobretudo das consequências económicas desta evolução. A partir de 1860-80, graças à utilização mais generalizada da máquina a vapor, os custos do transporte tornaram-se suficientemente baixos para deixarem de constituir um obstáculo à importação de produtos manufacturados dos países que se industrializavam. A partir de 1890-1900, a técnica perdeu quase por completo a sua simplicidade inicial; os laços de causalidade que a caracterizam atenuaram-se e a imitação por simples informação tornou-se, se não impossível, pelos menos mais difícil. A produtividade das indústrias europeias e americanas começa, por outro lado, a atingir níveis tão elevados que permitem e suscitam pressões cada vez maiores sobre os mercados de além-mar, com o objectivo não só do fornecimento de matérias-primas como do escoamento de certos excedentes de produção.

Portanto, pode perguntar-se em que medida a tentativa de arranque económico do Japão não teria sido um insucesso, se este país tivesse esperado ainda duas ou três décadas antes de se empenhar neste processo: os obstáculos teriam sido provavelmente demasiado grandes.

9. O colonialismo, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento

Discussão acalorada é a das responsabilidades do colonialismo de ontem no subdesenvolvimento actual do Terceiro Mundo. Tão acalorada e controversa quanto a dos contributos do colonialismo para o desenvolvimento ocidental. Esforcemo-nos por evidenciar os factos.

O problema do colonialismo no quadro do mundo pré-industrializado, em que o colonialismo europeu era então um colonialismo entre os demais, será abordado apenas marginalmente. São as consequências da colonização moderna que nos interessam aqui, as consequências da colonização que resultaram directamente das ondas de recaída da revolução industrial (ver «Colónias»).

91. O colonialismo e o liberalismo, dois aliados objectivos que bloqueiam a industrialização

A desindustrialização do Terceiro Mundo, referida no parágrafo anterior, pode ser considerada, sem dúvida alguma, como uma das consequências do colonialismo; mas não só do colonialismo! É frequente esquecer um dos aliados, em grande parte involuntário mas objectivo, deste colonialismo: o liberalismo económico. Pois, como já o salientá-

mos, só muito excepcionalmente foram tomadas medidas específicas para proibir a produção industrial nas colónias, o princípio da entrada livre dos produtos manufacturados das metrópoles era suficiente, se não para bloquear totalmente, pelo menos para prejudicar seriamente qualquer início de industrialização moderna; tal princípio era mais que suficiente para fazer desaparecer a indústria tradicional que, na sua ausência, poderia continuar a satisfazer largamente as necessidades locais. De igual modo se esquecem os problemas da industrialização dos países independentes, sobretudo os da América Latina, mais vítimas no século XIX do credo do liberalismo que do colonialismo.

O liberalismo, aliado voluntário ou involuntário do colonialismo? A questão pode ser dificilmente definida, e decerto não o será, especialmente se se desprezarem as diferenças geográficas e históricas. Do mesmo modo não se pode fazer aqui a amálgama, como em outras questões, entre os partidários sinceros do liberalismo, os que vêem nele o meio por excelência de promover a paz e o desenvolvimento mundial através de uma divisão internacional do trabalho a todos favorável, e os que se servem de tal pretexto para alargar os seus mercados. O inferno está cheio de boas, mas também, seguramente, de más intenções.

Deixemos pois de lado as opiniões e as intenções e observemos os factos e as suas consequências. Todos os países ocidentais seguiram uma política comercial com duas facetas diametralmente opostas: proteccionismo em relação à metrópole, liberalismo em relação às colónias e aos países que se podiam influenciar. A única excepção importante foi a da Inglaterra entre meados do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Inglaterra que era então, de facto, o país mais desenvolvido e que não tinha hesitado em utilizar aquele duplo princípio até meados do século XIX. No momento em que mesmo no período liberal da Europa (1860-65 - 1879-92) os direitos alfandegários aplicados na Europa aos artigos manufacturados diminuía para cerca de 10-15 % (antes e depois deste período eram da ordem dos 20-30 %), a regra do 0 % era imposta às colónias e a dos 5 % às colónias informais; e tal política foi sugerida às restantes partes interessadas.

Regra do 0 %: precisemos melhor a questão. Isto significa que, na grande maioria dos territórios colonizados, os produtos manufacturados provenientes da metrópole não pagavam nenhuns direitos alfandegários ou se existiam eram tão débeis e uniformes que não constituíam qualquer obstáculo à penetração daqueles produtos. Os direitos que eram então cobrados existiam por razões fiscais; e, aliás, em muitas colónias existiam com efeito direitos de salda. Para além deste princípio, os estados seguiam de facto modalidades muito diversas nas políticas comerciais, que, tal como vigoravam nos finais do século XIX, podemos agrupar em três categorias. A primeira era a da porta aberta, do livre acesso ao mercado colonial de todos os países. Era evidentemente o sistema mais liberal que, regra geral, implicava direitos nulos ou extremamente reduzidos qualquer que fosse a origem geográfica dos produtos. O segundo sistema era o das tarifas preferenciais em que os produtos da metrópole beneficiavam de vantagens mais ou menos acentuadas em função da especialização da metrópole. O último sistema era o da «assimilação», o que significa que os territórios coloniais eram assimilados aos da metrópole, existindo assim uma livre circulação de produtos

no interior daquele conjunto e uma protecção mais ou menos acentuada relativamente aos outros países.

Regra dos 5 %: precisemos também esta questão. Esta regra, aliás, era mais formalizada que a anterior. Tratava-se do limite superior dos direitos alfandegários que as potências ocidentais recomendavam ou impunham nos seus tratados de comércio aos países não europeus que não eram colónias efectivas: era uma componente dos famosos tratados desiguais. Para nos limitarmos ao século XIX e aos casos mais importantes, esta regra foi «imposta» em 1813 ao Irão (tratado russo-iraniano de Golestàn), em 1838 ao Império Otomano (tratado anglo-turco), em 1842 à China (tratado anglo-chinês de Nanquim), etc. Em regra, estes tratados (tal como os posteriores) tinham também como consequência a perda total da autonomia aduaneira.

Nos países independentes da América Latina, a acção persuasiva era mais indirecta e por vezes totalmente supérflua. Algumas décadas após a sua independência, a maior parte destes países tinha introduzido quer tarifas liberais, quer tarifas estabelecidas essencialmente por razões fiscais. Em tais casos os direitos eram praticamente uniformes, o que levava a uma protecção efectiva extremamente reduzida: se o algodão bruto, o fio e os tecidos de algodão pagavam, por exemplo, os mesmos direitos (em percentagem do valor), não existia praticamente qualquer incitamento à produção local. Na adopção destas políticas liberais deve-se ver, por um lado, o efeito persuasivo do «credo liberal» que predominava nos economistas do século XIX e, por outro, sobretudo, o efeito da política das classes dominantes ligadas tradicionalmente à produção ou à comercialização dos produtos tropicais destinados aos mercados europeus. Sublinhe-se, todavia, que um certo número de países da América Latina -em particular o México, o Brasil e a Argentina- modificaram no decurso do século XIX a sua política, alinhando de algum modo com o grande vizinho do Norte que nunca (em qualquer caso até 1946) abandonara o seu protecçãoismo.

Por outro lado, a rebelião dos Estados Unidos, rebelião cuja independência, se não aduaneira, pelo menos económica, desempenhou um grande papel, foi um factor importante para a concessão de uma grande Independência comercial para os países que se tomaram as *self-governing colonies*, ou seja, essencialmente as colónias de povoamento europeu relevante (o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul). A história das políticas comerciais destes países no século XIX divide-se em duas fases principais. A primeira, que vai, conforme os países, até 1867-88, é a de uma política liberal, justificada sobretudo pelas grandes possibilidades de exportação de produtos agrícolas favorecidos, até começo da década de 1850, pelas tarifas preferenciais britânicas. Numa segunda fase, todos estes países procuram, com intensidade e sucesso variáveis, favorecer, graças à adopção de políticas aduaneiras protecçãoistas, um sector industrial. Em parte por esta razão, mas sobretudo pela transmissão das técnicas agrícolas ocidentais e das vastas disponibilidades de terra, estes países figuram actualmente entre os países desenvolvidos mais ricos.

Nas colónias propriamente ditas, à abertura por completo das fronteiras aos produtos manufacturados da metrópole juntaram-se ainda as medidas específicas para prejudicar as tentativas de reindustrialização,

lá onde elas se manifestavam. Na verdade, a única colónia onde esta reindustrialização tomou uma certa dimensão foi a Índia. E, neste caso, é significativo reparar por exemplo que, enquanto em 1859, por razões fiscais, o governo impunha reduzidos direitos aduaneiros sobre os têxteis (5 % sobre os tecidos e 3 % sobre o fio), em 1882, sob a pressão dos industriais britânicos, tais direitos foram suprimidos. E, quando os problemas orçamentais em 1896 tornaram necessária a sua reintrodução, foi imposta para restabelecer a «igualdade» uma taxa da mesma amplitude sobre a produção local. Paralelamente a estas medidas de abertura, existiam também pressões oficiais para favorecer, sempre que tal fosse possível, as empresas inglesas (e mesmo europeias) em detrimento das da Índia que, sublinhemo-lo, não dependiam de capitais europeus. Deve dizer-se todavia que, a partir de 1921, com a criação da Indian Fiscal Commission, a situação começou a modificar-se em sentido positivo, tendo sido progressivamente posta em prática uma política aduaneira mais favorável aos produtores locais.

Globalmente, de acordo com as nossas estimativas, o Terceiro Mundo (incluindo a China) que, por volta de 1750, fornecia cerca de 73-78 % da produção industrial mundial, por volta de 1860 não fornecia mais de 17-19 % e por volta de 1900 mais de 6 %. E por volta de 1913 que o desequilíbrio espacial da industrialização é mais acentuado. Nesta altura, o Terceiro Mundo, que contava com cerca de 63 % da população mundial, apenas dispunha de 5 % do potencial industrial do mundo. Assim, o potencial industrial por habitante dos países desenvolvidos era quase quarenta vezes superior ao dos países do Terceiro Mundo (veja-se ainda o artigo «Indústria»).

9.2. O colonialismo, as exportações de produtos agrícolas tropicais e a agricultura do Terceiro Mundo

Estas regiões exportavam já na Idade Média, e mesmo anteriormente, produtos tropicais para a Europa. Todavia, em vésperas da revolução industrial, as quantidades eram ainda muito reduzidas. Por volta de 1700, o volume total exportado (açúcar, especiarias, café, algodão, chá, tintura, etc.) não devia ultrapassar as 130 mil toneladas por ano ou talvez mesmo as 100 mil toneladas, às quais se devem juntar 6-12 mil toneladas de matérias minerais (sobretudo salitre, alumínio, cobre e estanho). Duas séries de factores vão provocar uma explosão nestas exportações: por um lado e acima de tudo, a procura crescente do mundo desenvolvido que se tornava cada vez mais rico e, por outro lado, o facto de que, para poder pagar os produtos manufacturados que deixaram de fabricar, se tornava necessário exportar produtos não concorrentes com os das metrópoles, ou seja, em definitivo, produtos agrícolas tropicais e minerais. Por volta de 1910, o volume exportado destes produtos era da ordem dos 30 milhões de toneladas, passando para perto de 85 milhões de toneladas por volta de 1936; ou seja, 600 ou 800 vezes mais que em 1700.

Toma-se inútil insistir nas consequências de uma tal evolução cujas bases negativas são consideravelmente reforçadas pela natureza da exploração das plantações que chegavam a utilizar o trabalho forçado, sem que, no entanto, as condições tivessem sido, por toda a parte, assim

tão terríveis. Em certos casos, isto permitiu uma melhoria real das condições de vida dos camponeses. Todavia, no conjunto, pode considerar-se que o saldo foi negativo para o Terceiro Mundo, sobretudo para a agricultura de subsistência. Saldo negativo, pois o essencial dos lucros das plantações era exportado ou açambarcado pelos Europeus ou por outras minorias instaladas nesses países; saldo negativo, pois as melhores terras foram retiradas às culturas de subsistência; saldo negativo, porque tudo isto facilitou a destruição das estruturas sociais tradicionais e a importação de produtos europeus. Seguramente que toda esta situação não é necessariamente a consequência directa da colonização, mas não há dúvida nenhuma que a colonização facilitou esta forma de exploração e, mesmo em certos casos, esta teria sido impossível sem a colonização.

9.3. O colonialismo e as raízes da inflação demográfica

O problema demográfico do Terceiro Mundo, ao qual teremos ocasião de voltar, tem incontestavelmente as suas raízes na rápida transmissão de algumas técnicas ocidentais (medicina e higiene). É um daqueles exemplos penosos em que iniciativas bem intencionadas se transformam em drama, um daqueles empreendimentos em que o homem é o aprendiz de feiticeiro.

É possível que já no decurso do século XIX o crescimento da população no futuro Terceiro Mundo se tivesse acelerado pelas consequências directas e indirectas das suas relações intensas com o mundo ocidental. Não há dúvida, por exemplo, que a duplicação da população egípcia entre 1860 e 1910 foi devida fundamentalmente às possibilidades de exportação e aos favoráveis termos de troca do algodão. Outros casos semelhantes podem ser citados. Globalmente, a população do Terceiro Mundo cresceu cerca de 0,4-0,5 % ao ano entre 1860 e 1910; se se excluir a China (país semi-independente), aquele valor é da ordem dos 0,6 %. Não se trata ainda de um ritmo inflacionário, mas representa já uma taxa elevada no contexto de uma sociedade que não está em vias de desenvolvimento. Entre 1910 e 1950, enquanto, com grande grau de certeza,

- rendimento por habitante do Terceiro Mundo estagnava ou até mesmo baixava, a população crescia 0,9 % por ano, o que não tem precedente histórico para uma sociedade não desenvolvida. Entre 1910 e 1950, a mortalidade infantil passou de 220-240 por mil para cerca de 110 por mil,
- que significa que em 40 anos se verificou uma evolução que na Europa demorou mais de um século. Ou seja, o que é ainda mais significativo,
- Terceiro Mundo em 1950 tinha uma mortalidade infantil igual à dos países europeus do início dos anos de 1920, quando o seu rendimento era em média três vezes e meia mais elevado que o do Terceiro Mundo por volta de 1950.

Também aqui, tal como para a expansão das plantações, não se pode falar de uma consequência específica do colonialismo do século XIX. O crescimento da população foi, por exemplo, entre 1860 e 1950, muito mais rápido na América Latina que na Ásia (excluindo a China), respectivamente de 1,7 % e de 0,8 % por ano. Todavia, em ambos os casos, trata-se em larga medida duma consequência da penetração europeia;

sem a colonização, aquele crescimento da população teria sido muito mais moderado ou mesmo inexistente na maior parte das regiões da Ásia e da África.

9.4. Colonialismo, subdesenvolvimento e não desenvolvimento

As três séries de efeitos (desindustrialização, culturas não alimentares e início da inflação demográfica), em que a colonização teve um papel determinante, são mais que suficientes para explicar uma grande parte do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, antes do seu acesso à independência. Isto não significa, contudo, que sem a colonização estas regiões se tornassem necessariamente países desenvolvidos por volta de 1950. Até mesmo as possibilidades de a revolução Meiji ter eclodido no Japão sem a imagem do colonialismo triunfante são muito remotas. São portanto ténues as probabilidades de outras revoluções do tipo Meiji. É provável que a transmissão espontânea (sem mudança de regime) da revolução industrial não se tivesse efectivado senão numa

1 parte reduzida do Terceiro Mundo; e isto tanto mais se se adoptar como hipótese de trabalho uma ausência de colonialismo. A transmissão espontânea do desenvolvimento comporta também a transmissão espontânea de alguns efeitos negativos desse desenvolvimento. Significa isto que, feitas as contas, a responsabilidade do colonialismo não é assim tão grande? Certamente que não, pois é necessário fazer aqui intervir a distinção fundamental entre não desenvolvimento e subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento implica modificações negativas das estruturas socioeconómicas que resultam em grande parte da combinação da própria existência simultânea de desenvolvimento e colonialismo. Colonialismo que, ao acelerar a transmissão dos efeitos negativos do desenvolvimento, bloqueando os efeitos positivos, causou também modificações negativas da estrutura socioeconómica do Terceiro Mundo. A mais importante de tais modificações foi o crescimento rápido da população que excluiu por completo a opção, a alternativa do não desenvolvimento como sistema económico. A estagnação da produção ou o seu crescimento muito fraco, que implica o não desenvolvimento, é incompatível com a inflação demográfica. Um crescimento a longo prazo da produção agrícola de 0,5-0,7 % ao ano (o que é provavelmente o máximo no quadro do mundo tradicional) implicaria no espaço de meio século a impossibilidade de alimentar (sem importações) cerca de 50-60 % da população do Terceiro Mundo (ou seja, 3 biliões de pessoas). E portanto, tendo em conta a própria grandeza de défice, riscos de fome de uma dimensão sem precedentes na história da humanidade.

O não desenvolvimento implica simplesmente, por seu lado, a ausência do desenvolvimento moderno sem ou com muito poucos contágios dos efeitos negativos do desenvolvimento. Sem o colonialismo, ter-se-ia sem dúvida uma proporção maior de países não desenvolvidos, mas muito menos de subdesenvolvidos.

Enfim, se insistimos na diferença fundamental que é necessário estabelecer entre o colonialismo europeu antes da revolução industrial - que foi um colonialismo entre outros - e o colonialismo do desenvolvimento, não é necessário todavia esquecer completamente os efeitos

negativos do colonialismo europeu tradicional. Os seus efeitos foram talvez mais importantes do que os de outros colonialismos tradicionais, sobretudo para a América Latina e a África negra. A diferença deriva da sucessão dos dois colonialismos, tendo o colonialismo tradicional europeu facilitado a expansão do colonialismo do desenvolvimento. Por volta de 1700, o número total de escravos arrancados às suas sociedades de origem não era muito diferente em relação ao de negros muçulmanos ou cristãos. Foi a procura de açúcar no século XVIII, sobretudo de origem inglesa, que desequilibrou a balança. Seguramente, mais grave foi a catástrofe demográfica entre os índios americanos causada pelas doenças trazidas pelos Europeus no início do século XVI. Mas, mesmo neste caso, nada exclui cenários de fantasia em que, na ausência de desenvolvimento, se teria podido assistir, na pior das hipóteses, à criação na América de um sistema de castas próximo do da Índia tradicional, no qual a casta superior seria a dos descendentes dos Europeus. Ou, na melhor das hipóteses, a uma mestiçagem generalizada da população numa sociedade cristã onde os menos mestiços teriam sido mais numerosos que os outros entre a nobreza e a alta burguesia.

9.5. O colonialismo e o desenvolvimento do Ocidente

Tal colonialismo, factor primordial do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, não foi também uma causa importante do desenvolvimento do Ocidente? Os benefícios da colonização foram tão importantes como os danos que causaram? Uma análise objectiva sugere que os benefícios retirados pelo Ocidente da aventura colonial foram muito débeis e sem comparação com os danos que provocaram. Paradoxalmente pode quase concluir-se, por uma análise empírica do problema, que não existiu um benefício real no plano macroeconómico para os diversos países que detinham um império colonial. Decerto uma conclusão que chocará muita gente, pois este domínio está cheio de falsas ideias, sem no entanto nenhum fundamento analítico válido. De facto, nunca se colocou realmente o problema da influência macroeconómica da colonização sobre as metrópoles.

Para a maior parte dos homens de esquerda a colonização deveria ser benéfica para o Ocidente, caso não houvesse outra razão, pelo simples facto de ter sido nefasta para o Terceiro Mundo. Mas, contrariamente ao que sucede na física, em economia pode existir uma operação com perdas para ambas as partes.

Para a maior parte dos homens de direita, os benefícios eram uma justificação da colonização. Todavia tais benefícios eram para grupos sociais restritos, o que não significa necessariamente um benefício económico para a nação no seu conjunto.

Ora, a análise dos dados disponíveis possibilita duas conclusões inquietantes (e sobretudo a segunda).

1) Como já vimos, quer o arranque da revolução industrial em Inglaterra quer na maior parte dos países ocidentais não foram praticamente ajudados pelo fenómeno colonial.

2) Se se observar o ritmo de crescimento económico dos vários estados europeus no século XIX, constata-se que foram os países não

colonialistas que conheceram o desenvolvimento mais rápido. Existe mesmo uma correlação quase perfeita neste domínio. Assim, a Inglaterra, a França, os Países Baixos, a Espanha, Portugal conheceram um ritmo de desenvolvimento muito mais lento que a Alemanha, a Suíça, a Bélgica, a Suécia, a Checoslováquia, os Estados Unidos. Esta constatação é válida aliás também para o século XX; assim, a Bélgica, ao tornar-se um país colonialista, torna-se igualmente num país de crescimento mais lento, enquanto a perda do império colonial holandês coincide com uma grande aceleração no processo da industrialização dos Países Baixos.

Certamente que a este nível de análise não se pode concluir, por aquela simples correlação, que o colonialismo tenha sido uma operação económica negativa para as metrópoles. Não obstante, o crescimento mais lento dos países com colónias poderia ser explicado, se resultasse deste factor, pela polarização das energias e dos dinamismos para aquela aventura. Mas pode-se, sem grandes riscos de erro, presumir que os benefícios económicos não foram muito importantes, pois se o fossem ter-se-iam provavelmente traduzido num desenvolvimento mais rápido; ora, em todo o caso, tais benefícios nem sequer originaram um desenvolvimento rápido.

A este propósito, importa realçar que o elevado nível de vida da grande potência «neo-imperialista» de hoje não deve muito ao colonialismo. Nos finais de 1890, os Estados Unidos tinham atingido o mais elevado nível de vida do mundo, numa altura em que a sua dominação colonialista ou neocolonialista sobre o Terceiro Mundo era praticamente nula. As importações provenientes do conjunto do Terceiro Mundo (então praticamente independente da influência americana) não representavam mais do que 2 % do produto bruto dos Estados Unidos, e as exportações destinadas ao Terceiro Mundo representavam menos de 1 % daquele produto bruto. Os investimentos dos Estados Unidos no estrangeiro, e e em particular no Terceiro Mundo, eram praticamente inexistentes; enquanto, pelo contrário, os capitais estrangeiros eram importantes nos Estados Unidos.

O desconhecimento do exacto papel do colonialismo no desenvolvimento decorre de uma dupla confusão: a extrapolação para o passado da situação actual de dependência das matérias-primas e a extrapolação da situação britânica dos anos de 1810-20, no que respeita aos mercados industriais, não só para períodos anteriores mas sobretudo para outros países ocidentais. Criaram-se assim dois dos mais importantes mitos que embaraçam a história e sobretudo a explicação dos fenómenos do desenvolvimento. A este propósito será bom precisar os factos.

9.6. Um mundo desenvolvido praticamente auto-suficiente em matérias-primas até ao início dos anos 50

Com efeito, até ao início da década de 1950 o essencial das matérias-primas consumidas pelas indústrias dos países desenvolvidos era produzido nestes países. No que se refere à energia, por incrível que possa parecer, existia mesmo um excedente; ou seja, os países desenvolvidos produziam mais energia do que a que consumiam e a quantidade de

energia exportada para o Terceiro Mundo ultrapassava a que era importada deste. Por volta de 1936-38, este excedente era da ordem de 2-3 % e por volta de 1913 era da ordem de 1 %. É claro que o défice, desde 1950, era da ordem de 9 %. Contudo, para as restantes matérias-primas, constata-se um défice muito menor. Por volta de 1913, e para os minerais, o défice expresso em valor é da ordem de 3 % (em volume, apenas 1 %); ou seja, por outras palavras, os países desenvolvidos produziam 97-99 dos minerais utilizados pelas suas indústrias. Para o sector têxtil este défice era da ordem dos 12 % em valor (e cerca de 10 % em volume), ou seja uma auto-suficiência de 89-90 %.

Durante o século XIX, o século do desenvolvimento por excelência, aquele défice era ainda menor. O grande exportador de energia era então, como já o referimos, a Inglaterra. Tal situação alterou-se, no entanto, entre as duas guerras mundiais. Em vésperas da Segunda Guerra Mundial, se existia ainda (como já vimos) excedente para a energia, o mundo desenvolvido tinha já um défice um pouco mais significativo para as restantes matérias-primas. Naquela altura, somente (ou ainda) um quarto das matérias-primas utilizadas pela indústria do mundo desenvolvido era proveniente do Terceiro Mundo.

Esta fraca dependência relativamente às importações das matérias-primas pode igualmente constatar-se na estrutura do produto das exportações do Terceiro Mundo. De acordo com estes dados, as matérias-primas não representavam senão uma pequena fracção das exportações do Terceiro Mundo durante o século XIX e foram pouco importantes nas primeiras décadas do século XX. Assim, por volta de 1829-31, os minerais (excluindo os metais preciosos) e os combustíveis não representavam mais de 2 % das exportações totais; por volta de 1911-13, aquela proporção passou para 4 %. A rápida expansão do petróleo contribuiu para que a mesma proporção crescesse sensivelmente; todavia, em 1936-38, não atingia ainda os 16 %. Convém ainda acrescentar as fibras têxteis e a borracha, que ocupavam um lugar mais importante nas exportações do Terceiro Mundo: no conjunto cerca de 14 % por volta de 1829-31 e de 18 % em 1936-39. A este propósito, não esqueçamos que o principal (e de longe) exportador de matérias-primas têxteis do século XIX eram os Estados Unidos.

9.7. 0 Terceiro Mundo: um mercado marginal para as indústrias do mundo desenvolvido

Esta independência do mundo desenvolvido, em matérias-primas, leva-nos directamente a tratar do outro mito: o do papel predominante do Terceiro Mundo enquanto mercado para as indústrias dos países desenvolvidos. Os dados sobre a estrutura geográfica das exportações totais dos países desenvolvidos evidenciam o lugar marginal ocupado pelo Terceiro Mundo. No que respeita à Europa, entre 1800 e 1938, somente 18 % das exportações totais eram destinadas a países do Terceiro Mundo. Se se considerar o conjunto do mundo desenvolvido, aquela percentagem não se modifica substancialmente: 17 em vez de 18 %; ou seja, por outras palavras, 83 % das exportações respeitavam ao comércio entre os países desenvolvidos. Como durante aquele período as expor-

tações representavam em média cerca de 8-9 % da produção total dos países desenvolvidos, isto significa que as exportações para o Terceiro Mundo representavam em média 1,3-1,7 % da produção total do mundo desenvolvido.

Certamente, estes números são médias que encobrem dois factos.

- primeiro respeita às diferenças geográficas, o segundo às diferenças por produto. Diferenças geográficas que são bastante importantes, sobretudo se se separa a Inglaterra dos restantes países desenvolvidos. No que respeita à Inglaterra, a parte das suas exportações para o Terceiro Mundo era em média (sempre para o período 1800-1938) da ordem dos **40 %**. O que explica, aliás, a razão do nascimento do mito do papel determinante dos mercados do Terceiro Mundo e também
- outro mito do papel do colonialismo no início da revolução industrial inglesa.

São igualmente importantes as diferenças por produtos. Com efeito, sendo o essencial das exportações para o Terceiro Mundo constituído por produtos manufacturados, a parte relativa ao Terceiro Mundo das exportações de produtos manufacturados dos países desenvolvidos é sensivelmente maior que no conjunto das exportações. Para o período 1899-1938, pode estimar-se que cerca de 26-32 % das exportações de produtos manufacturados eram destinados ao Terceiro Mundo (comparados com os cerca de 20 % para o total das exportações). Por outro lado, a taxa de exportação (ou seja, a parte da produção destinada à exportação) é mais elevada para a indústria manufacturadora que para os restantes sectores. De modo que pode estimar-se que, grosso *modo*, 5-8 % da produção manufacturadora dos países desenvolvidos fosse destinada ao Terceiro Mundo.

Consideremos também as diferenças nacionais e por produtos. Assim, por exemplo, para a Inglaterra, tal proporção era mais elevada

- era-o igualmente para os têxteis. De forma que, se nos limitarmos a casos extremos, podem encontrar-se proporções muito elevadas. Na Inglaterra, de facto, cerca de 35 % dos têxteis produzidos eram exportados para as regiões do Terceiro Mundo no início deste século. Para os têxteis de algodão, tal proporção era mesmo da ordem dos 67%.
- se nos reportarmos ao nível regional, podem encontrar-se ainda percentagens mais elevadas. E não há dúvidas que existiram empresas em que 100 % da produção era destinada ao Terceiro Mundo. Todavia, se a utilização de médias exige prudência, convém desconfiar dos dados parciais que não podem ser senão parciais.

9.8. O empobrecimento de um parceiro não é, *ipso facto*, a causa do enriquecimento de outro parceiro

Tudo isto evidencia o perigo de análises que partem de esquemas pré-estabelecidos e não confrontados com a realidade histórica. Entre o «bravo colono», que arruína a sua saúde nos trópicos com o fim de levar

- «progresso» e o bem-estar aos países que ainda não tiveram oportunidade de ser «verdadeiramente civilizados», e o «mau colono», que explora os autóctones e assim enriquece a mãe pátria, existe uma grande franja onde se situa uma realidade mais complexa. Uma realidade em

que, como para o conjunto dos fenómenos económicos e sociais, se está num universo diferente do da física clássica onde nada se cria e nada se perde; está-se em presença daquilo a que os Anglo-Saxões chamam *a no zero game*, ou seja, um jogo em que a perda sofrida por um parceiro não se traduz, *ipso facto*, num ganho equivalente para o outro parceiro. A riqueza do mundo desenvolvido não é factor explicativo da pobreza do Terceiro Mundo, ainda que as actuações deste mundo desenvolvido estejam muito largamente na base do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. E isto em particular por causa do processo de colonização.

10. A evolução económica dos países em vias de desenvolvimento desde a independência

'Países em vias de desenvolvimento', 'independência': eis duas expressões do vocabulário «oficial internacional». 'Independência', termo defendido pelas antigas metrópoles; 'em vias de desenvolvimento', termo defendido pelas antigas colónias. São, todavia, dois termos que traduzem numa forma muito imperfeita a realidade ou, se se preferir, que a escondem muito.

A independência: entre 1945 e 1962, em duas vagas sucessivas, a quase totalidade das colónias do mundo ocidental obteve ou conquistou a sua independência política. A primeira vaga, entre 1945 e 1949, abrangeu a Ásia, ou seja, cerca de três quartos da população colonizada; a segunda vaga, entre 1957 e 1962, abrangeu o continente africano (veja-se o citado artigo «Colónias»).

Mas esta real independência política tornou-se muito rapidamente, na maior parte dos casos, em dependência económica. Segundo Tibor Mende, rapidamente se passou «da ajuda à recolonização».

Em vias de desenvolvimento? O termo é aliás relativamente recente. Na terminologia oficial das Nações Unidas usou-se primeiro o termo 'subdesenvolvimento', e só nos finais dos anos 50 este foi substituído por 'em vias de desenvolvimento'. Ora, apesar do ritmo acelerado que marcou o crescimento dos países do Terceiro Mundo, tal crescimento foi muito mais lento que o dos países desenvolvidos. Enquanto no mundo desenvolvido todos os países conheceram o crescimento, no Terceiro Mundo, muitos países estagnaram. E em variados domínios existem graves problemas de desenvolvimento.

10.1. Da ajuda ao confronto

Tendo a dependência colonial constituído uma causa importante da ausência do desenvolvimento e, sobretudo, tendo sido reconhecida como tal, os responsáveis do Terceiro Mundo assim como os seus simpatizantes ocidentais esperavam um arranque sem problemas das economias assim libertadas. Tal opinião existia mesmo entre os peritos da Sociedade das Nações que, interrogando-se sobre o pós-guerra, escreviam num relatório sobre a passagem da economia de guerra à economia de paz (1943) que, após, a guerra, dada a expansão das indústrias mecânicas e

a simplificação dos processos de fabrico, era possível que o desenvolvimento industrial das regiões retardatárias fosse tão rápido que tornasse extremamente difícil e penosa a adaptação dos restantes países às novas condições de concorrência. Tais esperanças de crescimento eram ainda encorajadas pelas condições do imediato pós-guerra em que a elevada procura de produtos tropicais e de matérias-primas levou a uma alta de preços destes produtos. Relativamente ao período anterior à guerra, bastante desfavorável neste domínio, os termos de troca dos

produtos primários melhoraram em cerca de 40 %. A guerra da Coreia

acentuou ainda mais esta melhoria. Por este facto, a balança comercial do Terceiro Mundo tornou-se excedentária, como aliás sucedeu pelo

menos a partir do início do século **XX**. Em 1952, iniciou-se uma fase de deterioração mais ou menos acentuada e mais ou menos regular dos preços de exportação do Terceiro Mundo. Esta fase duraria uma dezena de anos. Dado que esta baixa de preços foi mais sensível que a das importações, o resultado foi a degradação dos termos de troca e com isto a formação de um défice da balança comercial. Tal défice era também alimentado pelas importações de artigos manufacturados, pois a industrialização tão esperada estava longe de satisfazer as esperanças que nela se tinham depositado. É a partir desta altura que aparece o sistema de «ajuda» ao Terceiro Mundo. Para equilibrar a balança comercial, a fim de permitir a continuação dos fluxos de trocas comerciais, era preciso pôr à disposição dos países do Terceiro Mundo meios financeiros. Estes meios financeiros, essencialmente empréstimos com juros, foram qualificados de ajuda, o que permitia mostrar, a uma parte da opinião pública sensibilizada pelos problemas do Terceiro Mundo, que algo se estava a fazer em favor deste.

Dado que o comércio externo e as relações financeiras internacionais representavam os aspectos mais visíveis e também os que diziam respeito mais directamente ao mundo desenvolvido, é natural que sobre tais temas se cristalizasse a problemática do desenvolvimento mundial. O reverso da ajuda fornecida sob a forma de empréstimos está, é claro, na necessidade de reembolsá-los; e quando se torna difícil fazê-lo, cria-se uma dívida importante. E para o Terceiro Mundo esta cresceu muito rapidamente; era da ordem dos 9 biliões de dólares em 1955, de 36 biliões em 1965, e atingia os 114 biliões em 1973. Ora, quanto mais importante é esta dívida, mais importante se torna também a soma dos juros que é preciso pagar (a que os especialistas chamam os serviços do empréstimo). Em 1965, os serviços do empréstimo representaram 3 biliões de dólares, ou seja 8 % das receitas totais da exportação. Por outro lado, tendo sido o dogma do liberalismo posto finalmente em prática na quase totalidade dos países ocidentais capitalistas (única excepção notável é o Japão), o comércio surgiu como a via por excelência do desenvolvimento. No início dos anos de 1960 apareceu o *slogan* «*Trade, but not aid*» que, como qualquer *slogan* que rima, teve um enorme sucesso. Em 1962 decide-se a criação do primeiro organismo dependente das Nações Unidas cujo fim essencial é o desenvolvimento económico do Terceiro Mundo por meio de uma harmonização das relações económicas internacionais: a CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). A CNUCED não é certamente o primeiro organismo (no interior ou no exterior das Nações Unidas) cujo objectivo é facilitar:

- desenvolvimento do Terceiro Mundo, mas é o mais geral. A panóplia das organizações internacionais neste domínio foi ainda completada em 1965 com a criação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); e, em 1967, com a criação da ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) para mencionar apenas as principais.

É em 1971 que ocorre uma primeira ruptura no âmbito do confronto entre países desenvolvidos e Terceiro Mundo. Trata-se do acordo de Teerão (Fevereiro de 1971) que conduziu a um aumento de 50 dos preços do petróleo bruto. A conjugação de factores económicos (em particular o crescimento rápido da dependência face ao petróleo) e um elemento político (a guerra do Kippur no Médio Oriente) levou, em Outubro de 1973, à criação de um verdadeiro cartel que por sua vez originou a quadruplicação do preço do petróleo bruto (entre 1972 e 1974). É também em 1973 e sobretudo em 1974 que é lançada a ideia do diálogo Norte-Sul por países ribeirinhos (a França e a Argélia) deste Mediterrâneo que, desde há milénios, tem sido simultaneamente traço de união

- zona de conflitos.

É igualmente nos primeiros anos da década de 1970 que ocorre

- início desta fase de desilusão a propósito das políticas de desenvolvimento. E contemporaneamente, nos campos que se podem, simplificando muito, definir de «capitalistas» e de «socialistas». Nos dois campos os semfracassos e fracassos foram numerosos, e raros foram os êxitos. Nos dois campos as estratégias de desenvolvimento muitas vezes se juntaram. Assim, por exemplo, a Argélia «socialista» e o Brasil «capitalista» lançaram-se ambos numa industrialização desenfreada na esperança de reintegrar a massa de rurais no desenvolvimento, caso a industrialização fosse um êxito. A Cuba socialista, não tendo conseguido abandonar a herança colonial da exploração da cana-de-açúcar, continuou pois, como muitos países capitalistas, a depender dum produto bruto para o essencial das suas receitas de exportação. A morte de Mao (Setembro de 1966) e sobretudo a eliminação do «Bando dos Quatro» (Julho de 1977) deram uma coloração menos rósea ao êxito do sistema chinês. Na China, como no Vietname ou em Cuba o perito eficaz começa a ser preferido ao ideólogo, bem armado para a luta política, mas muitas vezes, não só ineficaz, como também bloqueador do desenvolvimento.

Nalguns casos passou-se mesmo da rejeição legítima dos aspectos negativos dos modelos de vida das sociedades ocidentais avançadas, à rejeição do desenvolvimento e da tecnologia *tout court*. Tecnologia qualificada, sem razão, de ocidental; sem razão já que, se a sua forma e o seu desenvolvimento actuais devem muito ao Ocidente, a tecnologia é uma herança do conjunto das sociedades humanas em que, muito ou pouco, todas nela participaram. Muito embora seja correcto aceitar da tecnologia apenas os aspectos menos traumatizantes, a rejeição de todo

- tipo de desenvolvimento económico deriva dum desconhecimento total dos constrangimentos das situações actuais das sociedades que fazem parte do Terceiro Mundo. Mais uma vez, repetimo-lo, o inevitável aumento da população (a menos que suceda uma catástrofe ou uma solução à Pol Pot) requer um crescimento económico capaz, pelo menos, de

Igualar o da população. Ora, para conseguir isto, as vias tradicionais, ainda que não as possamos desprezar, são insuficientes.

Ora importa analisar de forma mais concreta o que aconteceu no Terceiro Mundo desde os finais da Segunda Guerra Mundial, considerando, em suma, as razões de tal desencanto. E começar-se-á pelo comércio externo na altura em que este se tornou o centro da polémica que anteriormente se referiu. Antes de iniciar esta abordagem, uma advertência: não será possível aqui, como em outros parágrafos, tomar em consideração as diferenças por vezes importantes, sempre significativas, que existem na situação e na evolução dos diversos países do Terceiro Mundo. Falar, ainda que muito brevemente, das condições específicas de cada uma das cerca de cento e quarenta entidades que compõem o Terceiro Mundo é uma impossibilidade evidente no âmbito deste artigo. Todavia, quando entendermos oportuno, poremos em destaque alguns aspectos específicos regionais e em particular os que se referem à China, o maior país do Terceiro Mundo, que escolheu uma via diferente de desenvolvimento.

10.2. 0 comércio externo: o canal do neocolonialismo?

E de resumir aqui, antes de mais, muito brevemente alguns elementos tratados no artigo «Comércio» desta mesma *Enciclopédia* e aproveitaremos para actualizar alguns dados integrando sobretudo a evolução verificada depois da alteração dos preços do petróleo.

O primeiro aspecto que importa acentuar é o carácter extrovertido das economias do Terceiro Mundo desde o início dos anos de 1950. A independência começa com a dependência face ao comércio externo, dependência herdada de um século e meio de intensificação das trocas entre o mundo desenvolvido e o futuro Terceiro Mundo. A forte expansão das exportações de matérias-primas que assinalou as três últimas décadas agravou ainda mais aquela dependência, já que o comércio do Terceiro Mundo se fez essencialmente com os países desenvolvidos e, em particular, com os países desenvolvidos ocidentais. Assim, por volta de 1970, as exportações dos países do Terceiro Mundo (excluindo os países comunistas) destinadas aos países desenvolvidos representavam um pouco mais de 10 % do seu produto bruto, enquanto as exportações dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo não representavam sequer 2 % do seu produto bruto. A diferença entre menos de 2 % e mais de 10 permite explicar muitos efeitos de dominação. Esta dependência é ainda mais forte para os pequenos e médios países do Terceiro Mundo. Assim, se excluirmos a Índia e o Brasil, as exportações dos restantes países do Terceiro Mundo para os países desenvolvidos representavam 18 do seu produto bruto.

Esta dependência é uma das explicações da deterioração dos termos de troca que ocorreu entre 1951 e 1962. Deterioração tanto mais grave, contrariamente a um mito bastante generalizado, quanto a tendência secular se caracterizava por uma melhoria dos termos de troca líquidos de matérias-primas. A deterioração dos termos de troca foi largamente responsável pela formação do défice comercial e, portanto, pelo aumento da ajuda aos países do Terceiro Mundo; daí uma dependência económica

acrescida. De certo modo, a independência política facilitou a pressão sobre os preços, já que as metrópoles deixaram de ter qualquer responsabilidade no domínio dos preços internos.

A situação evoluiu de maneira particularmente desfavorável para os países não exportadores de petróleo que representam 84 0/0 da população do Terceiro Mundo. Para estes países, o déficit comercial passou de cinco biliões de dólares, no início dos anos de 1950, para dez biliões no início da década de setenta. A acentuada subida dos preços do petróleo agravou ainda consideravelmente a situação. O custo das importações petrolíferas dos países do Terceiro Mundo foi, em 1980, da ordem dos sessenta biliões de dólares contra quatro biliões em 1970. O custo adicional não foi compensado senão muito parcialmente pela ajuda dos países petrolíferos: nula ou quase nula em 1970 e atingindo os cinco biliões de dólares em 1980; ou seja, não compensou senão 10 % do custo adicional e não foi ainda tal ajuda repartida nem em função dos custos das importações de petróleo, nem da população ou de outros critérios socioeconómicos, visto que mais de dois terços foram atribuídos a países árabes ou muçulmanos.

10.3. A industrialização: esperança de independência

A semelhança da URSS dos anos de 1920 e 1930, e em parte sob a sua influência ideológica, a maior parte dos países do Terceiro Mundo assimilou uma real independência a um certo nível de industrialização.

Terá sido esta tentativa bem sucedida? Sim e não. Como já referimos no artigo «Indústria», houve um desenvolvimento muito rápido da produção industrial. Todavia, esta industrialização processou-se nos sectores do passado, ou seja, em sectores com fraca capacidade potencial de desenvolvimento posterior, tais como o têxtil. Por outro lado, esta industrialização concentrou-se sobretudo em alguns países. E, a acrescentar a tudo isto, assistiu-se, sobretudo a partir de 1960, a uma especialização no interior dos próprios sectores. O Terceiro Mundo assegura, em muitos casos, apenas uma parte do processo de fabrico, aquela que acarreta uma grande quantidade de mão-de-obra relativamente pouco especializada.

Insucesso também na medida em que o crescimento da produção industrial não foi suficiente para absorver o excedente da população rural. Mas, neste caso, o desaire depende mais da rapidez do crescimento da população que da insuficiência do crescimento industrial.

Enfim, um último elemento que importa destacar é o sensível abrandar do crescimento da produtividade do trabalho. As estatísticas são sem dúvida imperfeitas e provavelmente escondem uma parte da evolução negativa. Enquanto, entre 1960 e 1970, a produtividade do trabalho na indústria manufactureira dos países do Terceiro Mundo de economia de mercado tinha progredido 1,6 % ao ano, a partir de 1970 aquela não cresceu mais de 1 %. A título de comparação, deve assinalar-se que, nos países desenvolvidos ocidentais, aquela taxa de crescimento é da ordem dos 3-4 % e da ordem dos 5-6 % nos países desenvolvidos do Leste (provavelmente com alguns desvios positivos).

10.4. A produção mineira: o sector em que os ritmos de crescimento foram os mais rápidos, mas...

Já suficientemente rápido antes de 1948, o ritmo de crescimento da produção mineira aumentou ainda mais fortemente. Entre 1948 e 1973, a taxa anual de crescimento da produção deste sector foi superior a 8 %. Esta rápida expansão foi devida não somente à dos produtos petrolíferos, que representam uma parte importante do valor da produção deste sector, mas igualmente, e sobretudo a partir dos anos de 1960,

- dos produtos minerais. É natural que esta evolução diga respeito quase exclusivamente a países do Terceiro Mundo não comunistas. A China e a maior parte dos restantes países do Terceiro Mundo de economia socialista exportavam praticamente apenas matérias-primas. Importa sublinhar que não foram de modo algum as necessidades da indústria local que constituíram a causa do forte aumento da produção da indústria extractiva dos países desenvolvidos. De facto, aquela indústria local apenas absorvia uma pequena fracção da produção. Para o comprovar, basta comparar quer globalmente, quer por país as produções e as exportações dos produtos da indústria extractiva. Assim, para o minério

- ferro e para países tais como o Brasil, o Chile, a Libéria e a Malásia, as taxas de exportação variavam entre 80 e 100 V/o. Por outro lado, se por volta de 1970 os países subdesenvolvidos produziam cerca de 40 % do minério de ferro extraído no mundo não comunista, o aço bruto nos mesmos países representava menos de 4 Vo daquele total. Assim, considerando o emprego de ferro-velho, mais de 95 % do minério extraído nos países subdesenvolvidos destina-se a alimentar os altos fornos dos países desenvolvidos ocidentais. Situações, se não similares, pelo menos muito próximas, encontram-se para a maior parte dos restantes produtos da indústria extractiva.

Tudo isto permite uma visão mais clara e muito diferente na apreciação daquelas elevadas taxas de crescimento. A extracção de matérias-primas faz-se para satisfazer as necessidades do mundo desenvolvido, e as repercussões na economia do Terceiro Mundo são, por esse facto, muito limitadas. Tal situação deriva essencialmente da baixa dos preços

- transporte que permitiu separar a sede de exploração dos minérios da sede da sua transformação. Teremos ocasião de retomar esta questão no parágrafo seguinte.

Antes de passar ao sector para o qual as taxas de crescimento foram as mais fracas (a agricultura), deve notar-se que a partir de 1973 se assistiu a um acentuado afrouxamento do crescimento do sector mineiro. Entre 1973 e 1980, a produção apenas cresceu 1 % ao ano. Este afrouxamento resulta do efeito combinado da alta de preços do petróleo e do afrouxamento da produção industrial nos países desenvolvidos.

10.5. Uma agricultura de subsistência que não chega para alimentar a população

Apesar do sucesso inegável da revolução verde (veja-se o artigo «Agricultura»), a produção alimentar por habitante (de acordo com os dados oficiais) continua a estagnar no Terceiro Mundo não comunista. Actualmente, esta produção por habitante estaria ao mesmo nível dos anos de 1934-38. Ora, como o nível de consumo alimentar ora, pelo menos, não muito favorável por volta de 1934-38, uma tal evolução está longe de ser positiva. Todavia, é provável que a realidade seja ainda mais negativa; pois, como já se referiu, assistiu-se à formação e posteriormente à dilatação de um défice dos cereais. A situação agravou-se mesmo nestes últimos 6-7 anos, já que o défice, que era então inferior aos 40 milhões de toneladas, é actualmente superior aos 60 milhões de toneladas. Para os anos de 1974-80, este défice representa 13 % da produção, contra um excedente de 7 % nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial. Ora, como não se assistiu a uma melhoria sensível da situação alimentar, surge como provável que a produção alimentar por habitante seja actualmente mesmo mais baixa que antes da Segunda Guerra Mundial.

Aparentemente a situação é melhor na China. O carácter aleatório das estatísticas não permite comparações quantificadas de forma válida. De qualquer modo, todos os observadores são unânimes em considerar que em média a população parece melhor nutrida que antes da guerra

- melhor que no resto da Ásia. Ora isto sucede sem importações significativas de cereais. Note-se contudo que a população chinesa aumentou menos rapidamente que a do resto do Terceiro Mundo, facto que não é certamente estranho ao «sucesso» chinês.

Esta diferença entre a China e o resto do Terceiro Mundo leva-nos naturalmente a tratar seguidamente aspectos fundamentais do problema do subdesenvolvimento: a população, a explosão demográfica.

10.6. Uma explosão demográfica

Os progressos da tecnologia ocidental, em particular os antibióticos

- o DDT, foram factores importantes das novas vitórias na luta contra a mortalidade no Terceiro Mundo. A mortalidade infantil no Terceiro Mundo era em média, por volta de 1935-39, provavelmente superior em 35-45 % à de 1949-51; e a de 1949-51 era superior em 10-20 % à de 1959-61. Já que a fecundidade não baixara significativamente e a população integrava uma proporção mais elevada de mulheres em idade de procriar,

- resultado foi uma verdadeira explosão da população: de 1950 a 1980 a população do Terceiro Mundo não comunista mais que duplicou, crescendo assim a uma taxa média anual de **2,4 %**. Ou seja, a uma taxa sem precedente histórico (se exceptuarmos os países de povoamento europeu no século XIX, caso em que a problemática foi muito diferente, dado que se tratava simultaneamente duma expansão do território habitado). A taxa mais elevada conseguida pelas sociedades tradicionais, para um período de trinta anos, jamais ultrapassou os 0,6-0,8 %. No que se

refere ao período pós-revolução industrial e para o conjunto da Europa, o período de trinta anos de crescimento mais rápido foi o de 1894 a 1913, em que a taxa de crescimento anual da população foi de 1 %. Todavia, a Rússia e alguns países balcânicos conheceram um fenómeno próximo do da inflação demográfica do Terceiro Mundo: uma aceleração do crescimento demográfico num estágio pouco avançado do desenvolvimento económico. No entanto essa aceleração não atingiu uma amplitude próxima da do Terceiro Mundo actual, já que a taxa mais elevada foi da ordem de 1,3-1,4 %.

10 7. O balanço global: um crescimento? um desenvolvimento?

Um crescimento? A resposta pode ser afirmativa. Os dados apresentados anteriormente já demonstraram que, na maior parte dos sectores, o aumento da produção foi bastante sensível, mesmo em termos de aumento por habitante. E assim que o produto nacional por habitante, que sintetiza de certo modo o conjunto da evolução, cresceu de forma sensível. Expresso em preços e em dólares dos Estados Unidos de 1960, passou-se, nos países do Terceiro Mundo de economia de mercado, de 220 dólares por volta de 1950 para 370 por volta de 1980. É possível que estes números, corrigidos, sobrestimem ainda a realidade; ou seja, em vez de um aumento de 70 % aconteceu seguramente um aumento de 30-50 %, o que não é descurável, dado que corresponde mais ou menos ao ritmo anual de crescimento do rendimento médio por habitante verificado nos países ocidentais durante o primeiro século do seu desenvolvimento moderno. Como se viu, progressos ainda mais rápidos existiram nas indústrias manufactureira e mineira.

Quadro 4.

Alguns indicadores do desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento de economia de mercado (1950-80).

Fontes: cf. quadro 1.

	1950	1960	1970	1980 ^a
População (em milhões)	1 080	1 350	1 750	2 230
PNB por habitante ^b	220	260	310	370
Esperança de vida à nascença (anos)	41	46	50	53
Mortalidade infantil	110	85	75	70
Percentagem de agricultores	73	71	66	60
Taxa de urbanização	18	22	26	32
Cidades com mais de 100 000 habitantes	260	380	640	920
Taxa de analfabetismo (de 15 anos e mais)	73	59	48	41
Número de estudantes universitários (em milhões)	0,9	2,6	7,9	16,8
Aparelhos de rádio (em milhões)	13	33	110	310
Produção alimentar ^c	54	75	100	127
Manufactos ^d	26	54	100	176
Produção mineira ^d	22	39	100	125

^a Dados provisórios.

^b Em dólares e preços dos EUA em 1960.

^c 1969-71 = 100. Médias quinquenais à volta do ano citado, excepto o de 1980: média 1977-80.

^d 1970 = 100. Médias trienais à volta do ano citado, excepto o de 1980: média 1978-80.

Ainda mais positiva foi a evolução no domínio tão fundamental como o da esperança de vida. Uma criança nascida em 1980 no Terceiro Mundo tinha em média uma esperança de vida de cerca de 54 anos, contra 41 anos apenas por volta de 1950 (of. quadro 4). A evolução foi igualmente positiva no domínio da educação: por volta de 1950, três crianças em dez frequentavam a escola primária, sendo por volta de 1980 esta proporção de sete para dez.

Mas poder-se-á falar de desenvolvimento? Em termos globais a resposta é mais negativa. Em primeiro lugar, o facto tão carregado de ameaças para o futuro constituído pelo crescente défice alimentar. Nem uma só das grandes regiões escapou a tal evolução caracterizada pelo crescimento mais rápido da população do que da produção alimentar. Por outro lado, não desenvolvimento também, pois a pobreza não se mede só em termos absolutos mas também em termos relativos. Ora, assistiu-se a um alargamento do fosso que separa neste domínio o Terceiro Mundo do mundo desenvolvido. Por volta de 1950, esta relação era em média da ordem de 1 para 5; por volta de 1980, era de ordem de 1 para 8. E, nos países em que o crescimento foi rápido, existiu, em regra, uma intensificação das desigualdades de rendimento e sobretudo uma destruição das estruturas sociais muito mais profunda que a das primeiras fases do desenvolvimento ocidental, pois a aquisição de técnicas significou, muitas vezes, a importação dum modo de vida estranho aos costumes locais. Quase por toda a parte aconteceu uma explosão urbana com os seus graves corolários. O êxodo de cérebros, o esbanjamento dos recursos financeiros e naturais e a corrupção abrangem uma grande parte dos países do Terceiro Mundo, embora tais características não sejam específicas destes. Enfim, e sem querer ser exaustivo, ausência de desenvolvimento também na medida em que é provável que as potencialidades actuais de um desenvolvimento sejam mais fracas que as existentes na altura da independência. Isto deriva sobretudo da deterioração da relação homem-recursos naturais: pela primeira vez na história da humanidade, no espaço de uma geração, a população duplicou num vasto conjunto geográfico.

11. Os obstáculos ao arranque dos países do Terceiro Mundo

Como explicar as dificuldades encontradas pela quase totalidade dos países do Terceiro Mundo ao empenharem-se num verdadeiro desenvolvimento económico? Quais foram os obstáculos que se levantaram a tal desenvolvimento? Infelizmente, os obstáculos foram numerosos e importantes. A relativa facilidade com que se explicam os recentes insucessos implicam fortes ameaças para o futuro, pois, em muitos domínios, as condições estruturais negativas têm-se vindo a agravar.

11.1. O obstáculo demográfico

«Mais uma boca: são também mais dois braços para trabalhar». Este *slogan* encerra, é certo, uma verdade, mas também mascara uma outra. De facto, é correcto dizer-se, sem fazer jogos de palavras, que a

cada boca correspondem dois braços e que um aumento da população implica, *ipso facto*, um aumento da força de trabalho. Mas todo o problema reside no facto de ser preciso alimentar essa boca, mesmo antes que esses dois braços suplementares estejam em condições de trabalhar e, por outro lado, dois braços sem utensílios, sem oficinas e sem novas terras ter-se-ão muitas vezes de contentar com um subsidio de desemprego. Em termos de linguagem não figurada, um aumento demográfico rápido gera um aumento menos que proporcional da população activa e implica sobretudo um forte incremento dos investimentos para permitir oferecer trabalho ao novo acréscimo da população activa.

É nisto que reside um dos aspectos essenciais do obstáculo que deriva da explosão demográfica. Um aumento rápido da população leva a que, para que se conservem as necessidades de subsistência mínima, se consigam taxas muito elevadas de investimento e de acumulação de capital. É claro que não é necessário dar um carácter absoluto e demasiado rigoroso a essa noção de intensidade de capital, ou seja, aos rácios que permitem determinar a importância dos investimentos necessários para que se obtenha um determinado nível de crescimento. Mas é evidente que, para se obter um aumento mesmo que modesto do nível de vida, é necessário mobilizar uma quantidade de recursos bastante superior àquela que foi necessária na fase de arranque do Ocidente.

Mas mais grave ainda é a acção negativa causada pela explosão demográfica no domínio da agricultura. Não há dúvida nenhuma que a causa principal da estagnação na produção alimentar por habitante da produtividade agrícola está no rápido aumento da população activa agrícola, que levou à diminuição das superfícies. Só entre 1920 e 1980 a superfície disponível por cada unidade activa diminui para metade. A não inflexão da curva da produção alimentar por habitante depois da introdução da revolução verde demonstra o grave impedimento que foi o rápido crescimento da população. Mesmo nos continentes onde a densidade populacional é mais baixa, não foi possível aumentar o nível da produção alimentar por habitante nem atingir níveis mais elevados de produtividade. Assim, e para nos limitarmos a um período recente em que houve portanto influências favoráveis da revolução verde e uma maior tomada de consciência do papel da agricultura -, verificou-se entre 1954-60 e 1974-80 uma estagnação da produção por habitante na América Latina e uma redução de 0,6 % ao ano na África; a América Latina tornou-se mesmo deficitária em cereais. Praticamente por todo o lado, as novas terras a cultivar são de qualidade inferior e a velha lei dos rendimentos decrescentes raramente é desmentida pelos factos verificados na agricultura.

Ao lado destes dois grandes obstáculos originados pela explosão demográfica, que tornam seriamente difíceis as possibilidades de desenvolvimento, importa ainda lembrar: a) o constrangimento criado pelo problema da educação, quer familiar, quer escolar, de uma parte importante de jovens cujo número aumenta mais rapidamente que a população total; b) o constrangimento no domínio da saúde das mulheres originado pelas sucessivas gravidezes; c) o constrangimento no domínio do ordenamento territorial originado pelo excessivo êxodo rural e seu corolário, a hipertrofia urbana. Êxodo rural em que a explosão demo-

421DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

gráfica é uma das mais importantes causas directas ou indirectas. Voltaremos aliás mais adiante a esta questão.

11.2. O obstáculo tecnológico

Nas primeiras décadas da revolução industrial e nas primeiras fases da mecanização do processo de produção agrícola e industrial, a técnica utilizada - como já vimos - era extremamente simples e dependia muito pouco, para não dizer em nada, da ciência. As coisas modificaram-se progressivamente no decorrer do século XIX e duma forma mais acentuada ao longo do século XX. De certa maneira o motor de explosão, a electricidade e sobretudo a electrónica constituem etapas importantes nesta escalada da complexidade.

E se, hoje ou há trinta anos, o artesão dum país subdesenvolvido se encontra impossibilitado de fabricar cópias operacionais de um tractor, de um motor eléctrico ou de um tomo aperfeiçoado, já sem falar de um computador electrónico, não nos é possível certamente deduzir que o seu nível técnico é necessariamente inferior ao do artesão europeu dos séculos XVIII e XIX. Esta impossibilidade resulta sobretudo do facto de, entre a sua técnica tradicional e a utilizada pelos países desenvolvidos da segunda metade do século XX, existir uma diferença bastante grande. Múltiplas gerações se debruçaram sobre cada utensílio, cada máquina, para a melhorarem e aperfeiçoarem, utilizando cada vez mais os progressos científicos em detrimento do empirismo e da simples causalidade operacional que se tomaram cada vez mais raros. A técnica tradicional estava assim fortemente ultrapassada para que pudesse ser integrada de forma válida. O ensino técnico e, por conseguinte, o ensino em geral toma-se uma necessidade... uma condição. O que justifica os esforços que se fizeram nesse domínio. Todavia uma rápida alfabetização coloca graves problemas de ajustamento: é em particular um factor de êxodo rural e, por isso, de hipertrofia urbana.

A complexidade da tecnologia contemporânea explica assim facilmente as dificuldades que pusemos em destaque no parágrafo anterior referentes ao processo de industrialização do Terceiro Mundo. Os sectores industriais avançados necessitam de um potencial tecnológico que apenas poucos países do Terceiro Mundo possuem.

11.3. O obstáculo resultante da redução dos custos de transporte

A introdução de técnicas modernas na economia dos transportes permitiu uma baixa considerável dos preços. No que se refere aos transportes marítimos, e tomando igualmente em conta as despesas anexas, pode dizer-se que, durante o século XIX, os preços diminuíram em proporções que ultrapassaram, muito provavelmente, a relação de 10 para 1. Para os transportes terrestres, a ruptura é ainda mais acentuada: a baixa foi da ordem de 20 para 1.

Os anos de 1860-80 podem ser considerados como os que assinalaram a maior e mais forte ruptura nas condições de transporte. A abertura do canal do Suez nos finais de 1869, reduzindo consideravelmente a

distância entre a Europa e a Ásia, contribuiu evidentemente para a forte redução do custo do transporte entre as metrópoles industriais e grande parte do Terceiro Mundo, então em vias de subdesenvolvimento. A partir de 1900-910 verificou-se uma certa estabilização. Mas uma nova aceleração ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo para os minérios e os combustíveis, com a utilização de navios para transporte de minérios e de petroleiros de maiores dimensões.

Quais são as repercussões deste estado de coisas sobre os países subdesenvolvidos? São múltiplas e complexas. Para simplificarmos esta questão, vamos dividi-las em três grupos e examiná-las separadamente.

A primeira consequência foi a supressão da barreira proteccionista expressa pelos custos de transporte para as indústrias nascentes. O papel favorável desempenhado por aquela barreira em favor dos países ocidentais, na sua fase de arranque, foi posto em relevo no § 6. Isolando na prática os países, esta barreira permitiu a difusão dos efeitos indirectos e a transmissão dos impulsos iniciais ao conjunto da economia e isto através duma série de interações nas quais os bens instrumentais em geral tiveram um papel muito importante.

Esta barreira deixa de ser assim favorável para os países subdesenvolvidos, e o encorajamento para pôr em prática a criação de bens de equipamento diminui; e tanto mais que a maior parte dos grandes aglomerados populacionais dos países subdesenvolvidos se situavam à beira dos mares ou dos rios navegáveis, tornando assim ainda mais directo o impacto daquela redução dos custos de transporte. Se a tudo isto acrescentarmos ainda os constrangimentos de ordem tecnológica, fácil é compreender os problemas deste sector. Por outro lado, é evidente que a redução dos custos de transporte tem uma influência ainda maior nos bens de consumo manufacturados. Contudo, a independência permitiu atenuar a vulnerabilidade das diferentes economias do Terceiro Mundo, graças à criação de barreiras alfandegárias.

A segunda consequência importante da diminuição dos preços dos transportes está na incitação a uma especialização na produção agrícola de não subsistência. A possibilidade de exportar quantidades acrescidas de produtos tropicais ter-se-ia reduzido sensivelmente sem aquela baixa nos custos de transporte. Podem-se então imputar, em larga medida, a essa baixa as consequências nefastas produzidas nas estruturas socioeconómicas do Terceiro Mundo por causa da rápida extensão das culturas de exportação.

Por último, a terceira consequência importante: a possibilidade de estabelecer explorações minerais sem a criação de indústrias de transformação. No século XIX, a localização das indústrias de transformação dos metais estava condicionada pelas disponibilidades locais de minérios e de combustíveis. Devido aos custos de transporte, a descoberta de tais recursos em matérias-primas era quase inevitavelmente um factor de desenvolvimento duma indústria de transformação (pelo menos até ao estágio do metal). Até 1930, o preço do transporte permanecia ainda um obstáculo importante. É assim que um estudo da Sociedade das Nações sobre as possibilidades de exploração dos minérios de África concluía que existem certas distâncias máximas (tendo em conta os custos de transporte) entre o local de exploração e o ponto de expedição. Normalmente o carvão, o minério de ferro e os fosfatos são explorá-

DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

veis apenas num raio de 100 km, e os óleos minerais num raio de 250 km a partir do litoral. O minério de manganésio e o minério de cromo podem ser explorados a uma maior distância da costa, etc. Ora, actualmente e tomando como exemplo o minério de ferro, constata-se que os jazigos em exploração em muitos países exportadores estão localizados a uma distância de 600-750 km, ou seja, uma distância sete vezes superior àquela que era considerada como normal antes da guerra. E como já vimos no parágrafo anterior, o grosso da produção mineira é destinado à exportação para os países desenvolvidos.

11.4. O obstáculo originado pelos elevados custos dos investimentos industriais

Um dos elementos favoráveis, no século XIX, ao início e à transmissão internacional da industrialização tal como ao aparecimento de uma nova classe de empresários (que foram os artífices desta nova fase económica) foi o baixo custo dos investimentos (cf. § 6). É evidente que este baixo custo resultava essencialmente do nível pouco evoluído da técnica. Com os progressos técnicos verificados, a situação modificou-se profundamente; enquanto em França, no limiar do século XIX, o investimento industrial total por activo representava cerca de 6 a 8 meses de salário médio masculino, nos Estados Unidos em meados do século XX aquele valor rondava os 30 meses de salário. Com base em dados existentes e em estimativas do custo de diversos elementos, chega-se à conclusão que o custo do capital necessário para criar um novo posto de trabalho numa empresa industrial tecnicamente bastante avançada pode situar-se, para o Terceiro Mundo, em cerca de 350 meses de salário médio masculino. Estes 350 meses (quase 30 anos!) representam uma *ratio* 12 vezes superior à dos Estados Unidos de hoje, e 45 a 60 vezes superior ao da França no início do século XIX.

Acrescente-se ainda o facto de a técnica moderna exigir unidades de maiores dimensões que no início ou mesmo nos finais do século XIX. A diferença é sobretudo importante no que se poderia definir como a dimensão de ingresso óptima numa actividade: no século XIX as pequenas unidades estavam em condições de concorrer com as grandes. Por outro lado, no Terceiro Mundo o custo do capital agrícola não aumentou nas mesmas proporções, o que exclui, contrariamente ao caso do Ocidente, a passagem de empreendedores da agricultura para a indústria. Em resumo, não existe praticamente nenhuma probabilidade de ver surgir espontaneamente nos países subdesenvolvidos uma nova elite que se possa adaptar às condições particulares que são específicas de um empreendedor industrial.

Só as antigas elites podem, em rigor, possuir capital suficiente para tentar entrar nestas novas actividades. É aqui surge evidentemente uma série de outros obstáculos, pois, como a experiência histórica o demonstrou, não só as mudanças de orientação chocam com resistências psicológicas e sociológicas muito fortes, mas ainda o facto de o universo onde se recrutam aqueles empreendedores ser muito restrito reduz as possibilidades de encontrar no seu seio indivíduos adaptados a esta nova função. Aliás, importa salientar que durante a revolução

industrial as antigas elites não tomaram praticamente parte no processo de desenvolvimento.

Não há necessidade nenhuma, portanto, de invocar pretensas capacidades ou incapacidades para explicar a carência de empreendedores nos países subdesenvolvidos. O obstáculo que é o custo elevado dos investimentos industriais é mais que suficiente para explicar e justificar aquela carência. Isto não significa de forma alguma que as mentalidades, as atitudes face à actividade económica não tenham um lugar importante no processo de desenvolvimento. Voltaremos adiante a este aspecto tão importante quanto delicado de tratar.

11.5. A hipertrofia urbana: um obstáculo mais recente mas não marginal

A partir dos anos de 1930, e duma forma mais acentuada depois do período da independência, verifica-se uma verdadeira explosão urbana. A população das cidades do Terceiro Mundo cresceu a um ritmo sem precedentes na história mundial; a partir dos anos de 1960, atinge-se uma verdadeira hipertrofia urbana, um nível de urbanização que não tinha qualquer relação com as possibilidades agrícolas e industriais do Terceiro Mundo. O fenómeno é aparentemente menos notório na China, país onde se tentou manter um equilíbrio entre a cidade e o campo (veja-se o artigo «Cidade/campo»).

Esta hipertrofia urbana é prejudicial ao desenvolvimento e em domínios muito diversos. Em primeiro lugar, verifica-se uma perda de eficácia do conjunto da economia resultante do subemprego que domina nas cidades. Com uma proporção da ordem dos 30 a 40 % do tempo potencial de actividade não utilizado, estão-se assim em presença de um enorme desperdício de recursos humanos. Desperdício ainda mais grave que o resultado do subemprego rural, já que, neste último caso, o subemprego consiste sobretudo em unidades de actividade com produção insuficiente, enquanto nas cidades se trata muitas vezes de uma produção nula. O aspecto negativo do subemprego urbano torna-se ainda mais grave, pois trata-se de uma população com um nível educacional mais elevado que a do meio rural e, além disso, constituída sobretudo por jovens.

Quem diz hipertrofia urbana subentende hipertrofia do sector terciário. A partir dos estudos de Clark e de Fourastié, que puseram em relevo o deslocamento da população activa, consequência do desenvolvimento económico, para as actividades terciárias, tem-se por vezes a tendência de subestimar a inércia que representa um sector terciário «anormalmente hipertrofiado». É evidente que, em consequência do crescimento da produtividade quer agrícola quer industrial, o sector terciário deverá conhecer um desenvolvimento adequado que lhe permita, por um lado, assegurar a distribuição de grande parte dos bens produzidos pelos outros dois sectores e, por outro lado, assegurar as possibilidades de consumo de bens terciários que o aumento do nível de vida torna possível. Em compensação, é igualmente evidente que um crescimento deste sector terciário, no quadro duma economia onde a produtividade agrícola e industrial é relativamente baixa, constitui um factor desfavorável ao desenvolvimento. Nestes casos, a hipertrofia do terciário impede o desen-

volvimento, pela pressão que esta provoca sobre o nível de vida e também (e sobretudo) pela pressão que 09~ de produção, em virtude do custo adicional originado pela distribuição. Aquela pressão reduz as possibilidades de lucro e, dos investimentos produtivos. Por outro lado, se a poupança que deriva do terciário procurar investimentos, ela terá tendência a dirigir-se ao sector do qual proveio, mais não fosse pela importância que tem o auto-financiamento em todos os sectores. A hipertrofia do terciário constitui portanto um obstáculo ao desenvolvimento, já para não falar do subemprego que esta hipertrofia cria.

Devido ao enorme desnível entre rendimentos urbanos e rendimentos rurais (desnível muito mais reduzido no caso da fase do desenvolvimento no Ocidente), a cidade no Terceiro Mundo absorve uma fracção desproporcionada de recursos económicos no conjunto dos países. Esta monopolização dos recursos nacionais traduz-se por sua vez num consumo urbano importante e nos investimentos no sector imobiliário. A construção urbana (habitação e equipamentos urbanos) absorve uma grande proporção dos investimentos totais; provavelmente a metade destes, sobretudo se se considerarem as infra-estruturas dos transportes nas cidades.

A tudo isto interessa ainda acrescentar o aspecto negativo que representa o gigantismo das cidades do Terceiro Mundo. Cidades tão grandes que são não só desfavoráveis do ponto de vista das condições de vida (poluição, habitat, criminalidade, etc.), mas apresentam também mais aspectos negativos que positivos para o processo de desenvolvimento económico relativamente às cidades de pequena dimensão. Por último, em virtude da sua localização, as cidades foram mais um factor estimulante das importações de produtos alimentares que do desenvolvimento da agricultura local.

11.6. Poder-se-á e será necessário falar de obstáculos sociais e de obstáculos devidos às mentalidades?

Eis um domínio muito delicado, umas vezes considerado como a explicação por excelência do desenvolvimento e sobretudo do subdesenvolvimento, outras vezes completamente ignorado. Isto unicamente em função das opções filosóficas dos observadores. Tentemos analisar também o mais objectivamente possível para ver se tais factores puderam constituir um obstáculo ao desenvolvimento do Terceiro Mundo. Quem escreve tem tendência a reduzir o papel destes por diversas razões. Em primeiro lugar, refira-se que os obstáculos de carácter económico, cujas modalidades foram já tratadas nas páginas precedentes, são mais que suficientes para explicar as dificuldades do arranque do Terceiro Mundo. É claro que o facto de um obstáculo ser suficiente para justificar as dificuldades de arranque não acarreta necessariamente que aquele seja causa única. Aliás, o isolamento de um factor constitui sempre um empobrecimento num esquema explicativo. Todavia a segunda razão que nos leva a desprezar a importância dos obstáculos sociais (no sentido lato do termo) é o facto de a maior parte de tais obstáculos terem igualmente, aquando do arranque para o desenvolvimento do

Ocidente, existido sem que para este tenham constituído um bloqueio. Por outro lado, para pôr em destaque estes obstáculos tem-se muitas vezes tendência para comparar a estrutura social do Terceiro Mundo com a dos países desenvolvidos, não antes do seu arranque mas com a actual, ou seja, a estrutura social de sociedades profundamente modificadas por dois séculos de industrialização.

Qualquer tentativa para modificar as estruturas das sociedades chocou sempre com uma massa de inércia social. Nisto o Terceiro Mundo de hoje não é fundamentalmente diferente das sociedades tradicionalmente da Europa e mesmo das sociedades modernas. A introdução da batata, por exemplo, chocou na Europa com enormes resistências, e a sua difusão, como a de muitas outras plantas, efectuou-se muito lentamente; foi preciso passarem mais de dois séculos para que se impusesse ao conjunto da Europa Ocidental: Europa Ocidental sete vezes menos vasta que a Ásia e, na altura, trinta vezes menos povoada que a Ásia actual.

E claro que não é necessário pôr no mesmo nível todas as características sociais e religiosas. Assim, por exemplo, o vegetarianismo de algumas sociedades da Índia constitui um obstáculo mais importante ao arranque económico que, por exemplo, a proibição de comer carne um dia por semana para a maior parte dos cristãos. Com efeito, o vegetarianismo impede que o gado funcione como regulador da amplitude das flutuações das disponibilidades alimentares e sobretudo reduz o incitamento ao crescimento da produção agrícola, dada a rigidez da procura do consumo.

O vegetarianismo não constitui senão um exemplo, aliás muito pouco conhecido (razão por que o referimos), dos obstáculos «sociais» que podemos encontrar no Terceiro Mundo. Num inventário desses obstáculos é necessário incluir, em particular: as estruturas sociais mais rígidas, de que o sistema de castas constitui um dos tipos mais extremos; algumas formas de religião; uma ausência de classes médias; sistemas fortemente usurários de crédito aos camponeses, etc. Todavia não se pode acrescentar muito a esta lista, sobretudo se apenas se consideram estruturas específicas do Terceiro Mundo e inexistentes nas sociedades tradicionais da Europa. Mesmo em relação ao factor religioso (e, por consequência, às mentalidades), tão frequentemente evocado, convém ser extremamente prudente. Os estádios, muito diferentes do ponto de vista do dinamismo económico, atravessados pelas sociedades no curso da sua história, não obstante a conservação da mesma religião, são nesta perspectiva muito significativos.

Obstáculos, portanto, relativos, que importa não privilegiar nem desprezar. E é talvez importante notar que algumas diferenças de comportamento têm seguramente mais importância no quadro das sociedades actuais que no mundo tradicional anterior à revolução industrial. Em particular refira-se a atitude perante o trabalho. Certamente que, num ambiente tecnológico análogo, intensidades diferentes de trabalho individual podem ocasionar importantes diferenças na produtividade. Os limites das sociedades tradicionais têm de certo modo retirado uma grande parte do valor a uma produtividade mais elevada. Enquanto o tecto económico do mundo tradicional não foi ultrapassado, uma intensidade mais elevada do trabalho ocasionava quer uma maior monopoli-

zação dos recursos por parte das classes superiores, quer uma via mais rápida para o ponto de ruptura das sociedades tradicionais. Com o desenvolvimento, a intensidade do trabalho é muitas vezes mais um factor de acumulação de capital produtivo e de expansão do nível do consumo. É evidente que, e é com isso mesmo que terminaremos aqui, o delicado problema do comportamento face ao trabalho depende de um conjunto de factores onde a educação ocupa um lugar privilegiado. Profundas diferenças nesta matéria poderão ser encontradas quer no Ocidente quer no resto das grandes civilizações: os Alemães da Ásia não são só os Japoneses, são também os Chineses e os Coreanos, por exemplo.

12. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: a face incerta do futuro. A guisa de conclusão

Nada é mais delicado que prever o futuro e, sobretudo, o futuro a médio prazo, aquele que mais interesse tem. A curto prazo, a margem de incerteza é, no fim de contas, restrita. A muito longo prazo tudo é possível, com uma probabilidade, portanto, muito elevada de erro. Pelo contrário, a médio prazo, digamos vinte anos, pode ter-se a ilusão da exactidão, já que os cenários possíveis e prováveis são já muito numerosos e muito diferentes, mesmo que se excluam catástrofes globais tais como uma guerra nuclear, ou um incidente ecológico de uma gravidade extrema. Por outro lado, o carácter excepcional dos anos 1973-80 torna ainda mais delicada qualquer previsão, pois a extrapolação pura e simples das tendências do passado recente, o método de previsão por excelência, é ainda mais aberrante que numa situação «normal». Será então preciso renunciar? Não, pois é possível estabelecer alguns marcos e sobretudo pôr em evidência os perigos fundamentais com o objectivo de evitar um agravamento dos problemas do subdesenvolvimento. É ainda possível pôr em destaque algumas certezas e algumas fortes probabilidades.

Se excluirmos o caso das catástrofes acima referidas, quais são as certezas ou as quase certezas para o ano 2000? No que se refere à evolução dos factores que são chamados a desempenhar um papel significativo no processo do subdesenvolvimento, não há senão um facto certo, mas que é de importância capital. Trata-se da persistência da explosão demográfica. A incerteza não se refere a esta realidade mas à amplitude da mesma. A população do Terceiro Mundo não comunista (melhor conhecida que a do outro Terceiro Mundo) que, em 1980, atingia 2,2 biliões, atingirá no ano 2000 entre 3,3 biliões, no mínimo, e 4,4 biliões no máximo. Portanto, na hipótese mais favorável, uma taxa anual de crescimento de 2 % e na pior das hipóteses de 3,5 %. A taxa mais provável será de 2,5 %, ou seja, uma taxa ligeiramente superior à verificada entre 1950 e 1980. Tal evolução vai gerar outras, quase tão certas como esta. Antes de mais um agravamento da situação precária no domínio mais importante que existe: o da alimentação. É um facto que as superfícies agrícolas por habitante, já tão reduzidas pela explosão demográfica do passado, se restringirão ainda mais. Para o Terceiro Mundo, a única possibilidade de ver uma melhoria significativa da produção alimentar reside num eventual sucesso tecnológico no domínio da

manipulação genética das plantas, capaz de fornecer um cereal de rendimento energético e produtivo muito elevado, sem colocar novos problemas de enriquecimento e de adaptação demasiado difíceis nos modos de cultura e nos gostos. Neste contexto, em que os problemas de difusão são fundamentais, o facto de uma grande parte de agricultores dos anos de 1990 ter recebido já uma instrução primária pode constituir um elemento positivo. Entre as quase certezas referentes a domínios importantes pelas suas repercussões nos problemas do subdesenvolvimento, refiram-se a aceleração dos progressos técnicos que resultam em particular da microelectrónica e das novas energias (veja-se ainda o artigo «Indústria») e talvez, o que será menos certo, das indústrias bioquímicas. Normalmente - o que quer dizer extrapolando do passado-, as consequências duma tal evolução deveriam reforçar as vantagens dos países desenvolvidos. Mas «normalmente» as coisas não sucedem sempre «normalmente». É bastante difícil avaliar com um mínimo de certeza quais serão as repercussões de tais mutações tecnológicas no futuro do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A microelectrónica, para referir apenas este exemplo, terá provavelmente implicações profundas nos processos de produção, nos métodos de ensino, na distribuição espacial da população e mesmo no próprio ritmo dos progressos tecnológicos em geral. Todavia, estas transformações, que «normalmente» deveriam ocasionar uma aceleração do ritmo do desenvolvimento, não serão compensadas pelos problemas decorrentes dos preços de energia, se estes continuarem tão elevados como nos anos de 1980. Esta nova aceleração do desenvolvimento pode também ser posta em causa pelo desejo, cada vez mais propagado no Ocidente, de uma pausa no desenvolvimento. Desejo que se restabeleceria muito rapidamente no mundo industrializado se o crescimento fosse de novo muito rápido e sobretudo se acompanhado, como no passado, de uma redução do desemprego. Outra incerteza mais grave, se tal aceleração acontecesse, beneficiaria o Terceiro Mundo? Existem elevados riscos de que, tal como no passado, ela se traduzisse num desenvolvimento mais rápido do mundo já desenvolvido, portanto num aumento do desnível.

E claro que, mais do que em quaisquer outros momentos da história recente, as incertezas são numerosas e dizem respeito a domínios fundamentais. As certezas são sobretudo as de um agravamento dos problemas alimentares do Terceiro Mundo, na ausência de uma solução milagrosa cujo grau de probabilidade é difícil de avaliar. E, entre os acontecimentos mais recentes, cujas repercussões negativas no futuro do Terceiro Mundo são de grande importância, os mais graves são provavelmente os que parecem provar que a opção «socialista», ou melhor, as opções «não capitalistas» não são necessariamente a chave para um melhor domínio dos problemas do desenvolvimento económico. E Isto, o que é muito importante, por mais que as opções socialistas pareçam ser as únicas capazes de eliminar as graves desigualdades sociais no interior dos países interessados.

Por outro lado, o comportamento dos novos «ricos do petróleo», que é tão pouco altruísta como o dos antigos «ricos do desenvolvimento», constituirá um obstáculo importante a uma necessária e desejável maior acção das sociedades desenvolvidas em favor do Terceiro Mundo. Outros factores se acrescentam ao risco de uma redução da verdadeira ajuda

ao Terceiro Mundo, em particular o afrouxamento do últimos anos, o comportamento felizmente excepcional (e por i o posto em relevo) de algumas ditaduras do Terceiro Mundo, e também a ainda quase insignificante dada pelos países desenvolvidos do Leste. [P. a.].

A divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos constitui uma das características mais importantes do *mundo* contemporâneo (cf. *passado/presente*). Ela manifesta-se na disparidade (cf. *abundância/escassez*) dos níveis de produção (cf. *produção/distribuição*) industrial (cf. indústria) e agrícola (cf. agricultura) e de participação no *comércio* internacional (cf. *espaço económico*); além disso, ela está presente, e de forma particularmente drástica, na disparidade dos níveis de vida (cf. *marginalidade, pobreza, riqueza*) e sobretudo do *consumo* dos *produtos* (cf. *recursos, desperdício*) alimentares de primeira necessidade (cf. *alimentação, necessidade, fome*). Esta divisão é ainda operante sob a forma de diferença, de organização social (cf. *sociedade, formação económico-social, espaço social*), sendo os países subdesenvolvidos menos urbanizados (cf. *cidade, cidade/campo*) e menos alfabetizados (cf. *alfabeto, aculturação*): a sua *população* comporta mais *camponeses* que operários e uma burguesia (cf. *burgueses/burguesia*) bastante débil; os seus regimes políticos (cf. *estado*) são frequentemente ditaduras (cf. *democracia/ditadura*). O desnível entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos é uma questão não apenas *política*, económica (cf. *economia*) e cultural (cf. *cultural /culturas*); a procura das suas raízes profundas conduz a repensar toda a *história* (cf. *civilização*) dos últimos séculos, em particular a da expansão colonial (cf. *colónias*) e da *revolução* industrial, e também a levantar alguns problemas antropológicos fundamentais (cf. *anthropos, etnocentrismos, natureza/cultura, primitivo, selvagem/bárbaro/civilizado*).